



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECEX DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Telefones: (65) 3613-7631 / 7632

e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fls. _____

Rub. _____

ANEXO V

Processo da Notificação para Liberação do Estacionamento



ALMT

Assembleia Legislativa
Estado de Mato Grosso

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2013

TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA

OBJETO: CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO ANEXO AO TEATRO

**NOTIFICAÇÃO PARA LIBERAÇÃO DA OBRA DO ESTACIONAMENTO DA
ALMT**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

*"Missão legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas
e atuar em conjunto com os demais poderes para as demandas sociais"*



Memorando n° 1245/2015-SG

Cuiabá, 02 de outubro de 2015.

Da: Secretaria Geral

Para: Procuradoria Geral da AL/MT

Assunto: Notificação para Liberação da Obra do Estacionamento da ALMT.

Senhora Procuradora Geral.

Encaminhamos a DECISÃO da Mesa Diretora para que essa Douta Procuradoria Geral da ALMT promova a imediata notificação extrajudicial da empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda com vistas à liberação da obra do estacionamento da ALMT, e se necessário adote outras medidas jurídicas e legais cabíveis com a brevidade que o caso requer.

Remete-se anexo os autos do Processo Licitatório n° 004/2013 (Vol. 01 - fls. 001 a 265, Vol. 02 - fls. 001 a 330, Vol. 03, fls. 001 a 459) e do Processo do 1° Termo Aditivo (Vol. 01 - fls. 001 a 210, Apenso - fls. 001 a 092); e informamos que os Processos de Pagamento ficam arquivados na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças da ALMT.

Atenciosamente,

Tschales Franciel Tschá
Secretário Geral da AL/MT

PROCURADORIA GERAL DA AL
Recebi em 06/10/2015
Série 09805



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

S.G./AL/MT
Fls. 03
Ass. [assinatura]

AUTORIZAÇÃO E DECISÃO

Considerando o Processo Licitatório nº 004/2013, que originou o Contrato nº 001/SCCC/ALMT/2014, cujo objeto é a Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com fornecimento de todo o material, ferramental, equipamentos e mão de obra necessários à execução completa dos serviços nas condições e especificações do Edital e seus anexos;

Considerando o início dos trabalhos da 18ª Legislatura e a determinação de revisão dos contratos celebrados e em vigor pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico emitido pela servidora Engenheira Civil Drieli Azeredo Ribas, que informa quanto a possibilidade de liberação para uso da obra do estacionamento da ALMT, mas destaca a ocorrência de diversas inconsistências, dentre elas pagamentos em duplicidade, com sobrepreço e sem comprovação de execução dos respectivos serviços, que impedem o recebimento da obra, mesmo que provisoriamente, e a consequente realização de futuros pagamentos;

Considerando a solicitação ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para a realização de auditoria sobre o Contrato nº 001/SCCC/ALMT/2014, referente a obra do estacionamento da ALMT, com o objetivo de auxiliar a Comissão de Fiscalização de Obra, conforme Processo nº 21.880-4/2015 TCE/MT.

Considerando o encaminhamento da Secretaria Geral à Mesa Diretora para que autorize a Procuradoria Geral da ALMT promova todas as medidas administrativas, jurídicas e legais contra a empresa TIRANTE Construtora e Consultoria Ltda no sentido de liberar a obra do estacionamento até que seja exaurido todas as pendências administrativas pelos órgãos de controle e possa ser possível a realização do recebimento desse empreendimento.



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

S.G./AL/MT

Fis. 04

Ass. 01

AUTORIZAMOS e DECIDIMOS que a Procuradoria Geral da ALMT promova a imediata notificação extrajudicial da empresa TIRANTE Construtora e Consultoria Ltda, se necessário adote outras providências jurídicas e legais, para liberação e utilização da obra do estacionamento da ALMT pelos servidores e visitantes da Assembleia Legislativa de Mato Grosso; enquanto os órgãos de controle concluam os trabalhos de auditoria, que impossibilita o recebimento e o pagamento dessa obra frente as irregularidades detectadas.

Encaminhe-se à Procuradoria Geral da ALMT.

Cuiabá, 30 de setembro de 2015.


Deputado Guilherme Maluf
Presidente
GUILHERME MALUF
Presidente


ONDANIR BORTOLINI ["NININHO"]
Primeiro Secretário



Assembleia Legislativa
do Estado do Mato Grosso

S.G./AL/MT
Flo. 05
Ass. [assinatura]

MEMO Nº 1234/2015/SG

Cuiabá-MT, 29 de setembro de 2015

À
MESA DIRETORA

Assunto: Análise da Obra de Construção do Estacionamento da ALMT

Considerando o Processo Licitatório nº 004/2013, que originou o Contrato nº 001/SCCC/ALMT/2014, cujo objeto é a Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com fornecimento de todo o material, ferramental, equipamentos e mão de obra necessários à execução completa dos serviços nas condições e especificações do Edital e seus anexos;

Considerando o início dos trabalhos da 18ª Legislatura e a determinação de revisão dos contratos celebrados e em vigor pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso;

Considerando o encaminhamento dessa Secretaria Geral para que a emita Parecer Técnico acerca do projeto, da execução e dos pagamentos da obra do referido processo administrativo, com vistas a liberação do estacionamento;

Considerando o Parecer Técnico emitido pela servidora Engenheira Civil Drieli Azeredo Ribas, que relata diversas inconsistências, dentre elas pagamentos em duplicidade, com sobrepreço e sem comprovação de execução dos respectivos serviços, que impedem o recebimento da obra, mesmo que provisoriamente, e a consequente realização de futuros pagamentos;

Por fim, considerando que a Presidência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso solicitou ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a realização de auditoria sobre o Contrato nº 001/SCCC/ALMT/2014, referente a obra do estacionamento da ALMT, com o fim de auxiliar a Comissão de Fiscalização de Obra, conforme Processo nº 21.880-4/2015 TCE/MT.



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

S.G./AL/MT
Fls. 06
Ass. [assinatura]

Assim, diante dos graves apontamentos ora relatados, e da necessidade premente da liberação do estacionamento da ALMT para utilização tanto pelos servidores quanto pela população em geral que visitam a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, solicito **AUTORIZAÇÃO** e **ENCAMINHAMENTO** da MESA DIRETORA para PROCURADORIA GERAL DA ALMT para que promova todas as medidas administrativas, jurídicas e legais para que a empresa **TIRANTE Construtora e Consultoria Ltda** libere a obra do estacionamento até que seja exaurido todas as pendências administrativas pelos órgãos de controle e possa ser possível a realização do recebimento desse empreendimento.

Atenciosamente,


TSCHALES FRANCIEL TSCHÁ
Secretário Geral

Recebi em 29/09/15


Olga Borges Lustosa
Responsável pelo Gabinete

Ofício n° 1024/2015/GAB-JCN

Cuiabá, 15 de setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual GUILHERME MALUF
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Cuiabá - MT

Ref. Processo nº 21.880-4/2015 TCE/MT – Solicitação de Auditoria.

Senhor Presidente,

Em atendimento à solicitação formalizada por Vossa Excelência por meio do OF. GGM/APL/Nº127-A/15, protocolado sob o nº 21.880-4/2015 TCE-MT, informo que coloquei à disposição os auditores públicos externos, deste Tribunal, abaixo relacionados, para o fim de auxiliarem a Comissão de Fiscalização da Obra, nomeada por esse Poder Legislativo, relacionadas ao Contrato de Construção do Estacionamento da ALMT:

LAFAYETE GARCIA NOVAES	AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
ANDRÉ LUIZ SOUZA RAMOS	AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

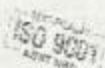
Atenciosamente,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROTOCOLADO GERAL
Recebi: 16/09/2015
Horas: 14:30 hs.
ASSINATURA

Conselheiro **JOSÉ CARLOS NOVELLI**
Relator



Tribunal de Contas
Mato Grosso



GABINETE DE CONSELHEIRO
Conselheiro José Carlos Novelli
Telefone: 3613-7681
e-mail: gab.novelli@tce.mt.gov.br

PROTOCOLADO : 21.880-4/2015
ÓRGÃO : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO
ASSUNTO : REQUERIMENTO
RELATOR : JOSÉ CARLOS NOVELLI

DESPACHO

Tendo em vista a solicitação formalizada pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Guilherme Maiuf, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, protocolada sob o nº 21.880-4/2015 TCE-MT, informo que Designo os Auditores Públicos Externos Srs. Lafayette Garcia Novaes e André Luiz Souza Ramos, para o fim de auxiliarem a Comissão de Fiscalização da Obra, nomeada por esse Poder Legislativo, relacionadas ao Contrato de Construção do Estacionamento da ALMT.

Posto isso, envie-se os autos à SECEX desta relatoria para providências.

Gabinete de Conselheiro, em Cuiabá, 15 de setembro de 2015.

(assinatura digital)
Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI
Relator



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

S.G./AL/MT
Fls. 09
Ass. [assinatura]

PROTOCOLO

SECRETARIA GERAL - ALMT

PARECER TÉCNICO

RECEBI EM 28/09/15

HORA: 14:11 ASS: Eliane

PARA: SECRETARIA GERAL

**ASSUNTO: RELATÓRIO DE ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº
004/2013**

Em atendimento à solicitação da Secretaria Geral da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, acerca da licitação e contratação da empresa TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA para execução da obra de Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da Assembleia Legislativa.

Preliminarmente, ressalta-se que a presente análise pautou-se em levantamento visual atual da obra e quanto a licitação, contrato e aditivo apenas aspectos de engenharia.

DO PROJETO

O Projeto do Estacionamento da ALMT foi desenvolvido pela Empresa Projetista KIRST ARQUITETOS.

Foram detectados as seguintes inconsistências:

- 1) Ausência de projetos complementares no processo licitatório que fundamentassem a elaboração de propostas e preços, consequentemente não poderia autorizar a referida licitação;
- 2) Planilha de preços

2.1 - Ao refazer o cálculo do BDI apresentado (com os próprios valores observa-se que o valor de 29,60% está diferente do apresentado que é de 30%) seguindo a jurisprudência do TCU o que ocorre é uma



discrepância na fórmula, TCU caracteriza Administração central (AC) e Risco (R) como parte da administração sendo os valores somados e então transformados em numeral o que não ocorre na composição do BDI (pag 25 volume I) ainda BDI inclui tributos personalíssimos vedados a inclusão no cálculo como: imposto de renda e CSLL o imposto devido a ser incidido é o CPRB.

2.2 – Como não há projetos complementares não é possível fazer correlação com os quantitativos discriminados em planilha e com as especificações de medida.

2.3 – Inconsistências nos somatórios dos valores unitários;

2.4 - Os valores expostos em planilha não estão sem desoneração conforme determina a lei;

2.5 – Utilização de referências equivocadas e sem correspondência;

2.6 - Ausência de composição de alguns serviços e de memória de cálculo;

2.7 – Duplicidade de serviços;

2.8 - Serviços super dimensionados, incompatíveis com a dimensão da obra;

2.9 – Utilização de referência da SINFRA sem especificação de data base;

- 3) Parecer técnico aprovando o projeto descreve alguns serviços que não foram juntados ao processo licitatório como: levantamento planialtimétrico e sondagem, a comissão de fiscalização que aprovou o projeto com as inconsistências supracitadas foi nomeada pelo Ato 074/2011.

DA LICITAÇÃO

- 1) Em decorrência da planilha elaborada equivocadamente pelo projetista os erros e inconsistências se repetiram na proposta de preço da empresa tirante



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso



- 1.1- Os valores ofertados pela empresa estão superiores aos preços de referência o que configura um sobre preço num montante de **R\$ 51.438,01**;
- 1.2- Os serviços apresentados estão sem desoneração, sem memória de cálculo, e com composição de preço sem referência, todos em desacordo à legislação vigente;
- 1.3- A Comissão de Licitação era composta por: KLEVERSON PEREIRA NASCIMENTO - matrícula 25141, LUCIANO RAMOS DE SOUZA - matrícula 25440, DIVINA ALMEIDA NEIVA - matrícula 32715, EDISON GOULART PUPPIM - OAB/MT 7385, LÚCIO FONSECA JÚNIOR, MARIO KAZUO IWASSAKE - matrícula 33635 e ROSA MARIA DE AMORIM ORUÊ - matrícula 20564;
- 1.4- Ao refazer o cálculo do BDI apresentado pela construtora encontra-se o valor de 32,62% estando, portanto diferente do valor final apresentado pela mesma que é de 30% (pag 351 volume III) observa-se que o mesmo equívoco da planilha de licitação é mantido pela construtora.

DA EXECUÇÃO

Empresa vencedora **TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA.**

A Comissão responsável pela fiscalização da obra de Construção do Estacionamento da ALMT era composta por: VALDENIR RODRIGUES BENEDITO- matrícula 19420- presidente, MARIO KAZUO IWASSAKE - matrícula 33635 - membro, ADILSON MOREIRA DA SILVA- matrícula 25425 - membro.

- 1) Ausência de boletins de medição, ausências de ensaios tecnológicos de concreto, solo e topográficos, diagrama de distâncias de boca-fora.
- 2) Serviços medidos e pagos e não executados;
- 3) Ausência dos projetos executivos contratados e pagos;



4) Serviços pagos em duplicidade;

Explicação:

Conforme determinado em contrato os pagamentos repassados a construtora ficaria atrelada a confecção de boletins de medição, fato esse que não ocorria.

Os pagamentos eram baseados no cronograma físico-financeiro da obra, o que acarretou em pagamentos de Serviços que não foram executados, como no caso dos geradores de energia, que aparecem no cronograma físico-financeiro como: SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA (ITEM 14), em que foram pagos nas 2ª e 3ª medição 60% e que não fora executado nada, ou seja, 0% do item.

Não se observa também ensaios de Controle tecnológico de Concreto, ensaio de Protensão, diagramas de distância de bota-fora, entre outras ferramentas que atestem a qualidade dos serviços executados e atinência as normas de engenharia.

Outro fator relevante está na ausência de projetos executivos e memória de cálculo o que impossibilita o acompanhamento correto dos serviços executados.

Alguns itens se repetem diversas vezes ao longo da planilha orçamentária como no caso do item 13.4, 14.9.17 e 14.9.19 tal item apresenta código SINAPI como sendo "ARRUELA LISA DE FERRO ZINCADO FUO 3/4" em que a unidade de medida é por unidade, na planilha, tal item aparece com descrições diferentes e com unidades de medidas conflitantes, nos itens 7.6 e 8.5 repete-se o item "PISO DE CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7 CM, COM ARMAÇÃO EM TELA SOLDADA", com área distintas em que o somatório é superior a área de projeto. Fator esse que se repete diversas vezes ao longo do orçamento.

É importante frisar ainda que a construtora pleiteou um aditivo de R\$ 6.914.594,60 em que alegou a existência da maioria dos serviços extra contratuais como movimento de terra e emissário de águas pluviais, além de aumento da estrutura pré-moldada inicial, sendo que tais serviços na atual configuração da obra são impossibilitados de medir já que se trata de serviços em que não se podem aferir pelo contato visual, além de ausência de memória de cálculo, de ensaios técnicos e de projetos de engenharia que demonstrem tais necessidades de aumento nos quantitativos; no entanto foi aprovado pela Comissão de Fiscalização.



Salienta-se, ainda, que a construtora muito embora tenha pleiteado o aditivo a mesma recebeu uma quantia no valor de R\$ 882.236,40, pela confecção de um projeto executivo, fato esse que tornaria ainda mais necessária a apresentação completa de dados técnicos (ensaios, relatório fotográfico, memória de cálculo) que justificassem esse aumento de quantitativo, e que corroborassem para o correto acompanhamento e fiscalização da obra de construção do estacionamento da ALMT.


A Obra ao que se pode apurar visualmente está apta para funcionamento e que os serviços de uma maneira geral foram bem executados; **CONTUDO** observa-se que devido as modificações de rampas de acesso (segundo informações, pois não há qualquer relato nos autos do processo de contratação e nem projetos de engenharia) houve a necessidade de colocação de exaustores de ar no primeiro piso (sub-solo - enterrado) já que se fecharam todas as saídas de ar; tais exaustores encontram-se na obra, mas ainda não foram instalados, não se sabe precisar o motivo, o pagamento dos mesmos está vinculado ao 1º termo de aditivo que a construtora firmou com a AL/MT, não sendo objeto do projeto inicial; mas no entanto não constam também projetos de engenharia.

Fica demonstrado, assim, que não se sabe precisar se a execução dessa obra segue algum projeto ou padrão técnico de engenharia já que conforme descrito acima há uma ausência de fatores que são importantes no acompanhamento de obras.

Por fim, recomenda-se que não há óbice para a abertura e utilização do estacionamento pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso; **CONTUDO** fica impossibilitado a realização de qualquer recebimento, mesmo que provisoriamente, da construção do estacionamento da ALMT e consequentes pagamentos, devido a ausência de projetos, memórias de cálculo, ensaios e o correto dimensionamento dos quantitativos referentes à planilha orçamentária.

Esse parecer técnico não é definitivo e não impede a realização de novas análises com a detecção de novas inconsistências.

Cuiabá-MT, 28 de Setembro de 2015


DRIELI AZEREDO RIBAS
Engenheira civil
Matrícula 41594

TRIANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA

Processo : Concorrência Pública 004/2013

Contrato n° 001/SCC/ALMT/2014

objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT

Período : Exercícios de 2014 e 2015

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO						PROCESSO DE MEDIÇÃO DA OBRA	
ANO	HISTÓRICO	EMPENHADO R\$	LIQUIDADO R\$	PAGO R\$	OBSERVAÇÃO	processo	Observações
2014	Concorrência Pública 004/2013 03/04/2014 - NE n° 673 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 1ª Medição	3.609.014,86	3.605.938,28	3.605.938,28	Anulação parcial de empenho R\$ - 3.076,58 Memo: 307/14-30/06/14 Assinado Mauro Sávio	DE: 11/07/2014 NE n° 673/2014 R\$ 3.605.938,28 Ato da comissão de fiscalização n° 086/14 - Mesa Diretora	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
	Concorrência Pública 004/2013 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 - 02/06/2014 NE n° 1057 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 2ª Medição	5.000.000,00	4.207.101,00	4.207.101,00	Anulação parcial de empenho R\$ -792.899,00 Não há no Processo memo. de autorização de cancelamento	NE n° 1057 R\$ 4.207.101,00 Ato da comissão de fiscalização n° 086/14 - Mesa Diretora	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
	Concorrência Pública 004/2013 - 11/07/2014 NE n° 1332 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 3ª Medição -	3.006.110,70	3.006.110,70	3.006.110,70		NE n° 1332 R\$ 3.006.110,70 Ato da comissão de fiscalização n° 086/14 - Mesa Diretora	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
	Concorrência Pública 004/2013 - 01/08/2014 NE n° 1428 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 3ª Medição - complementação n° 1057	1.040.481,42	1.040.481,42	1.040.481,42		NE n° 1428 R\$ 1.040.481,42 Ato da comissão de fiscalização n° 086/14 - Mesa Diretora	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)

S.G./ALMT
Fis. 
Ass. 

Concorrência Pública 004/2013 - 01/08/2014 NE n° 1429 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 4ª Medição	9.631.814,19	3.790.133,58	3.790.133,58	Anulação parcial de empenho R\$ -5.841.680,61 Memo. 409/14-26/08/14 2.841.680,61 Memo. 356/2014 15/08/2014 3.000.000,00 Assinado Mauro Sávio	NE n° 1429 R\$ 3.790.133,58 Ato da comissão de fiscalização n° 086/14 - Mesa Diretora	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
Concorrência Pública 004/2013 - 26/09/2014 NE n° 1666 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 5ª Medição	344.781,78	344.781,78	344.781,78		16/09/2014 Valor da Medição R\$ 4.099.415,03 Diferença do valor da Medição e do valor pago: R\$ 3.754.633,25 Ato da comissão de fiscalização n° 086/14 - Mesa Diretora	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
Concorrência Pública 004/2013 - 12/11/2014 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 5ª complementação e a 6ª Medição	6.629.619,13	6.629.619,13	6.629.619,13		Valor da 6ª Medição R\$ 2.874.585,88 Somando a diferença da 5ª de R\$ 3.754.633,25 líquido a 5ª e 6ª Ato da comissão de fiscalização n° 086/14 - Mesa Diretora	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
Concorrência Pública 004/2013 - 18/11/2014 NE n° 1925 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 7ª Medição	1.702.557,01	1.702.557,01	1.702.557,01		O valor da 7ª Medição é R\$ 2.992.557,01 Ato da comissão de fiscalização n° 086/14 - Mesa Diretora	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
Concorrência Pública 001/2013 - 12/12/2014 - NE n° 2024 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 - 7ª Medição Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 7ª Medição complementação	1.290.000,00	1.290.000,00	1.290.000,00		Complementação da 7ª Medição Ato da comissão de fiscalização n° 086/14 - Mesa Diretora	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2014	29.248.168,39	22.610.612,20	22.610.612,20	-6.637.556,19		



FONTE: Sistema de contabilidade - Gestão Pública_BETHA_Períodos_2014 e Processo de Medição da Obra

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO					PROCESSO DE MEDIÇÃO DA OBRA	
Nº	HISTÓRICO	EMPENHADO R\$	LIQUIDADO R\$	PAGO R\$	OBSERVAÇÃO	
	Concorrência Pública 004/2013 – 14/01/2015 NE nº 084/15 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente à 8ª e 10ª medições	4.060.744,60	3.001.638,31	3.001.638,31	-Saldo de empenho não liquidado de Jan p/ fev_2015 R\$ 1.059.106,29	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
	Concorrência Pública 004/2013 – 20/01/2015 NE nº 111/2015 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014- Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente ao reajuste da 8ª Medição	208.763,94	208.763,94	4.175,28	-Saldo de empenho liquidado de Jan p/ fev_2015 R\$ 204.588,66	Não há boletim de Medição com expressão numérica em valores(R\$), que demonstre a composição dos valores cujos pagamentos foram autorizados. O relatório da comissão era baseado em Cronograma Físico Financeiro (%)
	Concorrência Pública 004/2013 – 15/05/2015 - NE nº 586/2015 Contrato : 001/SCC/ALMT/2014 Objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT Referente ao 1º TERMO ADITIVO	2.000.000,00			Valor a pagar em maio/2015 R\$ 2.000.000,00	
	TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2015	6.269.508,54	3.210.402,25	3.005.813,59		

FONTE Sistema de contabilidade _ Gestão Pública_BETHA_Períodos_2015 e Processo de Medição da Obra

S.G./AL/MT
Fls. <u>16</u>
Ass. <u>[assinatura]</u>

RESUMO

TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA
Processo : Concorrência Pública 004/2013
Contrato n° 001/SCC/ALMT/2014

objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT
 Período de 2014 a setembro de 2015

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO					OBSERVAÇÃO
TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA		EMPENHADO R\$	LIQUIDADO R\$	PAGO R\$	
TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2014		29.248.268,39	22.610.612,20	22.610.612,20	Anulação de empenhos (6.637.656,19)
TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2015		6.269.508,54	3.210.402,25	3.005.813,59	Saldo de Empenhos liquidados de jan p/ fev_2015
					R\$ 204.588,66
					-Saldo de Empenhos Não Liquidados de jan p/ fev_2015
					R\$ 1.059.106,29
					Saldo de empenhos não liquidados em maio de 2015
					R\$ 2.000.000,00
SUB-TOTAL		35.517.776,93	25.821.014,45	25.616.425,79	(6.637.656,19)
TOTAL DO PERÍODO 2014 a 2015		28.880.120,74	25.821.014,45	25.616.425,79	3.263.694,95

FONTE: Sistema de contabilidade _ Gestão Pública_BETHA_Períodos_2014_2015

S.O./AL/MT	
Fls.	15
Ass.	

TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA
Processo : Concorrência Pública 004/2013
Contrato n' 001/SCC/ALMT/2014

objeto : Construção do Estacionamento anexo ao Teatro da ALMT
 Período de 2014 a setembro de 2015

Empenhos por competência	Não Liquidados até 01/02/2015	Liquidados até 01/02/2015	Não Liquidados em 15/05/2015	Total Empenhado a Pagar em 2015
	1.059.106,29	204.588,66	2.000.000,00	3.263.694,95

Empenhos remanescentes	Não liquidados	Liquidados	Total Empenhado	Valores Empenhados a Pagar no Exercício de 2015
	3.059.106,29	204.588,66	3.263.694,95	

Valor original do contrato R\$	Valor empenhado R\$	Valor Pago R\$	Valores empenhados a pagar R\$
29.677.467,50	28.880.120,74	25.616.425,79	3.263.694,95

INFORMAÇÕES GERAIS	VALORES R\$
valor do contrato original	29.677.467,50
valor efetivamente pago	25.616.425,79
valor empenhado e não liquidado até 01/02/2015	1.059.106,29
valor empenhado liquidado e não pago até 01/02/2015	204.588,66
valor empenhado e não liquidado em 15/05/2015	2.000.000,00
Valor total empenhado a pagar	3.263.694,95
valor do Termo Aditivo de 28/01/2014 e não empenhado	6.911.884,50

FONTE: Sistema de contabilidade _ Gestão Pública_BETHA_Períodos_2014_2015 e Processo de Medição da Obra



NOTIFICAÇÃO PARA DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO

NOTIFICADA: TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA.

Ref.: Contrato 001/SCCC/ALMT/2014 (CONSTRUÇÃO DO
ESTACIONAMENTO DA ALMT)

I. CONSIDERAÇÕES

O contrato em epígrafe, devidamente precedido de licitação, teve o prazo para término da execução encerrado em 04/06/2015, conforme o 1º aditivo de fls. 207 (1º volume "aditivo") do processo licitatório.

O relatório técnico emitido pela Engenheira Sra. Drieli Azeredo Ribas, datado de 28/09/2015, afirma que a obra está apta para o funcionamento – estacionamento (fls. 09/13 – volume anexo ao processo licitatório).

Contudo, está impossibilitado o recebimento da obra (ainda que provisório) e pagamento, em virtude de verificações técnicas necessárias, tendo em vista a falta de dados técnicos e documentos (projetos, memórias de cálculo, ensaios e dimensionamento dos quantitativos referentes à planilha orçamentária).

A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar a execução da obra antes do recebimento provisório e respectivo pagamento, conforme prescreve a Lei 8.666/93:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à

1





Procuradoria Geral



Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

III - fiscalizar-lhes a execução:

Nessa senda, mesmo que pendente de pagamento, a contratada não pode reter o imóvel para garantia de recebimento, uma vez que o bem é público, gravado com a cláusula de impenhorabilidade e não onerabilidade.

Nesse sentido:

"Os bens públicos, porém, não se sujeitam ao regime da penhora, e por esse motivo são caracterizados como impenhoráveis." (...)
"Temos, pois, que o credor do Poder Público não pode ajustar garantia real sobre bens públicos. (...) O credor terá que se sujeitar ao regime previsto no mandamento do art. 100 da Carta em vigor, isto é, o regime dos precatórios."¹

2

As únicas consequências decorrentes do atraso no pagamento por parte da Administração são a rescisão do contrato por parte da contratada ou a suspensão dos serviços ainda pendentes, nos termos da Lei 8.666/93, *ad litteram*:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

1 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 26ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2013, páginas 1152 e 1155.





Procuradoria Geral



(...)

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; (g.n.)

Ainda:

3

"O efeito prático reside em dispensar o particular dos encargos ainda vigentes, especialmente a continuidade da execução da prestação. Mas o particular não ficará liberado no tocante a defeitos na prestação realizada."²

A contratada, também, não poderia colocar seu interesse individual (recebimento da contraprestação pecuniária) acima do interesse público (utilização do bem público pelos administrados), uma vez que vigora no direito brasileiro a supremacia do interesse público³.

2 JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição. São Paulo: Editora Dialética, 2009, página 823.

3 "Logicamente, as relações sociais vão ensejar, em determinados momentos, um conflito entre o interesse público e o interesse privado, mas, ocorrendo esse conflito, há de prevalecer o





Procuradoria Geral



Em razão desses fundamentos, a contratada deve desocupar e liberar o estacionamento da Assembleia Legislativa, para que o imóvel seja vistoriado pela Administração, para fins de recebimento provisório da obra, bem como para que a Casa de Leis utilize como melhor entender o bem público, sempre visando o interesse público.

A desocupação do imóvel não é uma opção da notificada, mas sim uma obrigação decorrente do poder de polícia estatal, gravado com a cláusula de autoexecutoriedade e coercibilidade.

Nesse sentido:

"A Administração pode tomar, sponte sua, as providências que modifiquem imediatamente a ordem jurídica, impondo desde logo obrigações aos particulares, com vistas ao interesse coletivo. Pelo objetivo que a inspira, não pode ficar a Administração à mercê do consentimento dos particulares. Ao revés, cumpra-lhe agir de imediato." (...) "Diga-se, por oportuno, que é intrínseco a essa característica o poder que tem a Administração de usar a força, caso necessária para vencer eventual recalcitrância."⁴
(g.n.)

4

interesse público." (José dos Santos Carvalho Filho. Manual de Direito Administrativo, 26ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2013, página 33).
4 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 26ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2013, páginas 88; 91.





Procuradoria Geral



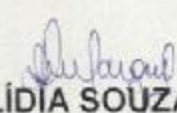
Diante disso, se o particular não obedecer a ordem de desocupação do imóvel público, a Administração, sem necessidade de se socorrer ao Poder Judiciário, pode usar a força necessária para obrigar a contratada a fazê-la.

II. NOTIFICAÇÃO

Por todo o exposto, com fundamento no art. 45-A da Carta Estadual⁵ e em autorização expressa da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, resolvo **NOTIFICAR** a empresa TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA. para desocupar a área do estacionamento da Assembleia Legislativa no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de emprego de força estatal e demais cominações administrativas, cíveis e penais cabíveis.

5

Cuiabá, 08 de outubro de 2015.


ANA LÍDIA SOUZA MARQUES
PROCURADORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

*Recebido
08/10/2015
Ass. Jurídica
às 16:30*

⁵ Art. 45-A A representação judicial, extrajudicial e a Consultoria Jurídica do Poder Legislativo, na defesa de sua independência frente aos demais Poderes, bem como a supervisão dos serviços de assessoramento jurídico serão exercidas pela Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa, vinculada à Presidência.



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

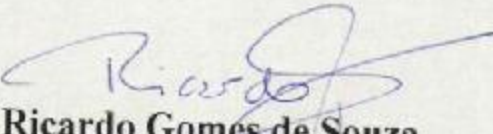


CERTIDÃO

CP-PRO Nº: 005482

CERTIFICO que em cumprimento à NOTIFICAÇÃO PARA DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO expedida pela Procuradora-Geral da Assembleia Legislativa (fls. 19/23), nesta data dirigi-me à sede da empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda., localizada na Rua Barão de Melgaço, nº 2350, Edifício Barão Center, sala 211, bairro Centro, nesta Capital, e ato contínuo realizei a entrega da via original do instrumento notificatório, o qual foi recebido às 16 horas e 30 minutos e assinado pela funcionária Patrícia Xavier, portadora do CPF 024.887.191-96. Dou fé.

Cuiabá/MT, 08 de outubro de 2015.


Ricardo Gomes de Souza
Gerente da Procuradoria-Geral
TLNS – Matrícula 41060



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

S.G./AL/MT

Fls. 25

Ass. [assinatura]

Memorando nº. 869/2015/PG/ALMT

Cuiabá, 8 de outubro de 2015.

Da: PROCURADORIA GERAL

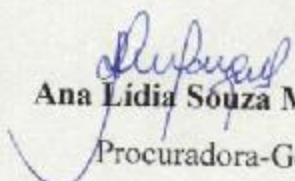
Para: SECRETARIA GERAL

Assunto: Notificação para liberação da obra do estacionamento da ALMT
(CP-PRO 5482)

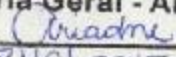
Senhor Secretário:

Em resposta ao Memorando nº 1245/2015-SG, no qual solicita providências jurídicas visando a liberação da obra do estacionamento da ALMT, comunicamos que foi expedida Notificação para Desocupação de Imóvel Público (fls. 19/23), entregue nesta data na sede da empresa, conforme certidão encartada aos autos, pelo que restituímos os autos para conhecimento e providências.

Atenciosamente,


Ana Lídia Souza Marques
Procuradora-Geral

Secretaria-Geral - AL-MT

Recebido 
Data: 08/10/2015
Hora: 18:04h

RCS



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

S.G./AL/MT
Fis. 26
Ass. [assinatura]

À Procuradoria Geral

DESPACHO Nº 011/2015/SG/ALMT

Trata-se da notificação entregue a empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda (fls. 19 a 23), na data de 08 de outubro de 2015, conforme certidão de fls. 24, referente à liberação da área do estacionamento da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Tendo em vista que não houve manifestação da empresa no prazo estipulado, remeto os presentes autos à Procuradoria Geral para providências, em atendimento à determinação da Mesa Diretora que autorizou, ainda, se necessária a adoção de outras providências jurídicas e legais, para liberação e utilização da obra do estacionamento da ALMT pelos servidores e visitantes da Assembleia Legislativa de Mato Grosso; enquanto os órgãos de controle concluem os trabalhos de auditoria, que impossibilita o recebimento e o pagamento dessa obra frente às irregularidades.

Cuiabá, 13 de outubro de 2015.


TSCHALES FRANCIEL TSCHÁ
Secretário Geral

AFRE/SG/ALMT



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso



CP-PRO: 5482

DESPACHO Nº 512/2015/PG/ALMT

Visto.

Diante do teor do despacho de fl. 26/SG/AL/MT asseverando a regularidade no cumprimento da notificação exarada em desfavor da empresa Tirante Construtora e Consultoria LTDA, para desocupação do imóvel público, sem a verificação da anuência do notificado, no prazo assinalado, ou de sua recusa por meio de tempestiva contra-notificação, os meios administrativos de composição suasória se revelaram inexitosos, a despeito da garantia do contraditório e da ampla defesa, ensejando a alternativa de adoção de medida judicial com o fito de assegurar o interesse público indisponível.

Assim sendo, encaminhe-se o feito à apreciação do núcleo judicial dessa Procuradoria.

Cuiabá, 13 de Outubro de 2015.


ANA LÍDIA SOUZA MARQUES

Procuradora-Geral



TIRANTE
CONSTRUTORA



À Assembleia Legislativa do Mato Grosso

Em atenção:

Procuradora geral: Dra. Ana Lídia Souza Marques.

Ref. Notificação para desocupação de imóvel público.

PROCURADORIA GERAL DA AL

Recebi em 14/10/2015

15:00h. Ricardo

Exma. Senhora

Tirante Construtora e Consultoria Ltda., CNPJ 04.603.651/0001-27, detentora do contrato nº 001/SCCC/ALMT/2014, cujo objeto é a construção do estacionamento da AL/MT, surpresa e irresignada com a **"NOTIFICAÇÃO"** da douda Procuradoria Geral para desocupação do imóvel público (estacionamento), pelo seu representante legal, sócio Alyson Jean Barros, brasileiro, casado, advogado, infra assinado: vem pelo presente prestar esclarecimentos e "in-fini" requerer, o que segue:

"Data Venia", com todo respeito que temos a essa Procuradoria, não podemos concordar com a premissa de que estamos **"OCUPANDO"** o imóvel estacionamento.

Ocorre que, ainda não concluído, há algumas pendências técnicas e financeiras para desidério final.

Percebe-se pela própria acertiva da engenheira Drieli Azeredo Ribas, que o mesmo está apto para o funcionamento.

O recebimento, ainda que provisório, está pronto para acontecer, não fossem alguns contratempos causados pela própria AL/MT, os quais passamos a relatar;

- Em 22 de dezembro de 2014, recebemos memorando da comissão de fiscalização de obras, para que aguardasse a instalação dos geradores, visto que havia previsão da construção do ambulatório e escola do legislativo, o que poderia alterar a capacidade dos geradores (fls. 01).
- Em 09/02/2015 foi destituída a comissão de fiscalização, voltando a nomear somente em 01/07/2015, e conforme o Contrato em epígrafe se faz necessário para qualquer medição e/ou entrega provisória a constituição dessa Comissão de Obras. (fls.02).
- Em 28/05/2015, enviamos à atenção da Presidência da Casa, ofício relatando os fatos até então ocorridos requerendo também a prorrogação do prazo contratual e os pagamentos devidos até aquela data, tudo antes do encerramento final da obra que aconteceria em 04/06/2015 (fls. 03);



TIRANTE
CONSTRUTORA



- Em 08/06/2015, foi remetida cópia dos relatos acima ao Sr. Secretário Geral para providências; (fls. 05)
- Em 22 de dezembro de 2014, foi oficiado ao Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros MT Ten. Cel. Denes Alves do Nascimento, para que efetuasse a vistoria técnica do Teatro, permitindo assim sua inauguração, pois já havia o projeto aprovado sob nº 49563/2012, porém sem a inclusão do estacionamento, que por esse motivo não foi possível a vistoria independente (fls. 06);
- Em 10 de março de 2013 (fls.07/09), foi solicitado à Secretaria Geral, através do seu titular, assinatura dos documentos que seriam enviados ao Corpo Bombeiro Militar, para aprovação do novo projeto, incluso o estacionamento, o que foi conseguida a assinatura do Secretário Geral (anexo) somente em 19/04/2015, e imediatamente foi encaminhado o novo projeto de prevenção e combate a incêndio, acoplando o prédio, Teatro e estacionamento, que recebeu o nº 290060/2015 (fls. 10/11), contrariando o "termo de ajuste de conduta" nº 019/DSCIP/2015, onde constou que não havia projeto de incêndio, sendo resolvido somente com o TAC Publicado no Diário Oficial no dia 18/08/2015. (fls. 12/13)

No caso em tela, discordamos com os termos da "**NOTIFICAÇÃO**", proferida, pois que, primeiramente cabe à Administração fiscalizar a execução das obras, mas não lhe cabe, também, a unilateralidade de atrasar os pagamentos devidos, que é o caso, mesmo porque, não havia fiscalização por um lapso temporal de aproximadamente 90 dias, não houve pagamentos e a empresa apresentou os documentos técnicos requeridos e não requereu a rescisão contratual, muito pelo contrário, continuou na obra.

Os atrasos se deram por razões que a própria Secretaria Geral ocasionou e pela fiscalização que não chegou ao parecer final, embora a empresa tenha atendido prontamente a todas as solicitações. (fls.14)

Não há o que se falar em "**DESOCUPAÇÃO DA ÁREA**" do estacionamento em 24 horas, pois ela não está "**OCUPADA**", tergiversamos da narrativa, a empresa tão somente tem mantido seus funcionários engenheiro e guarda da obra para preservar o seu canteiro de obras e, principalmente, preservar o Patrimônio Público e efetuar os reparos finais requeridos. Prova disso é a matéria do Site RD News publicada no dia 09/10/15 (fls. 15/17).

Não há também razão para a imperativa e absurda necessidade da AL/MT recorrer ao Poder Judiciário para usar a "**FORÇA NECESSÁRIA**" para obrigar a CONTRATADA a desocupar a área, pelo contrário, não tem, talvez ou não tenha intenções, conhecimento ou falta de diálogo interno entre as secretarias desse Poder Legislativo, que, em nenhum momento, a empresa se furtou a atender à Presidência e à Mesa Diretora dessa Casa de Leis, tentando amigavelmente e legalmente, resolver os impasses, colocando sempre sua equipe de trabalho à disposição da Casa, a exemplo da inauguração do Teatro, em 22/12/2014, posse dos novos deputados em 31/01/2015, e em já aproximadamente 40 apresentações no Teatro Zulmira Canavarros conforme ofícios de solicitação nº GG/AP/48 até nº 131F (fls. 18/19).



TIRANTE
CONSTRUTORA




ANTE AO EXPOSTO, reafirmamos nosso interesse em concluir e entregar a obra definitivamente, havendo consenso em reconsiderar os termos da “**NOTIFICAÇÃO**”, ou anulá-la integralmente, restabelecendo os prazos pleiteados em 28/05/2015, com a edição do segundo Termo de Aditamento, dos prazos e valores já contextualizados no novo cronograma físico/financeiro e planilhas readequadas, informando que os preços ali pactuados foram extraídos da tabela orientativa do SINAP-Caixa Econômica Federal, de agosto de 2013, que, aliás, era única, com ou sem “oneração”, esclarecendo também que os recolhimentos de impostos da nossa empresa são de 20% do faturamento, não havendo pois o que se falar em preços aviltados.

Outrossim, colocamo-nos à inteira disposição para a entrega provisória da obra do Estacionamento da Assembleia Legislativa de MT, desde que, CUMPRASE o que preceitua no Contrato 001/SCCC/ALMT/2014, Clausula 18. (fls. 20/40).

Finalizando, **REQUEREMOS** o pronto atendimento das nossas reivindicações, sendo que é de interesse de ambas as partes e de direito recíprocos.

Cuiabá, 14 de outubro de 2015.


ALYSON JEAN BARROS
OAB MT 5993/MT

Anexos todos os documentos citados.



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

MEMO 22/12/2014.

Cuiabá-MT, 22 de dezembro de 2014.


DE: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS/AL-MT
PARA: TIRANTE CONSTRUTORA

Assunto – ref. Obra do Estacionamento

Tendo em vista o novo projeto do ambulatório e escola do legislativo, com aproximadamente 1.800m que será edificado nos fundos do prédio da ALMT (rua Edgar Prado), solicitamos a Vossa Senhoria que aguarde a instalação dos "geradores" que serão instalados na casa, dentro do contrato do estacionamento, pois teremos que incluir a demanda de consumo do novo prédio.

Atenciosamente,

Pela Comissão:


Engº Mário Kazuo Iwasake
Membro – Matrícula 33.635


Adilson Moreira da Silva
Membro – Matrícula 25.425


Tirante Construtora e Consultoria Ltda.
CNPJ nº 06.603.651/0001-27

Recebi: 22/12/14

Fls. 01
Rub. 1

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 19 de maio de 2015.

Original assinado:	Dep. Guilherme Maluf	- Presidente
	Dep. Nininho	- 1º Secretário
	Dep. Wagner Ramos	- 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 713, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Autor: Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Autoriza a regularização de ocupação fundiária da área de terras, no Município de Gaucha do Norte a Otavio Elias de Souza Neto.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe os arts. 323, § 2º, e 327, da Constituição Estadual, combinados com o art. 369, V, "a", do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a regularização de ocupação fundiária da área de terras, localizada no Município de Gaucha do Norte, denominada "Fazenda Nossa Senhora Aparecida", com área total de 1.355.4490 ha, conforme projeto específico do INTERMAT, sob nº 79033/2006, a Otavio Elias de Souza Neto.

Parágrafo único O referido imóvel possui as seguintes confrontações:

- ao norte: com terras de Francisco Carlos Carlinhos do Nascimento;
- ao sul: com terras de Ildeu Teodoro Muniz;
- a leste: com terras de Maria Rosária da Silva;
- a oeste: com a margem direita do Rio Corizevo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 19 de maio de 2015.

Original assinado:	Dep. Guilherme Maluf	- Presidente
	Dep. Nininho	- 1º Secretário
	Dep. Wagner Ramos	- 2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 714, DE 19 DE MAIO DE 2015.

Autor: Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Autoriza a regularização de ocupação fundiária da área de terras, no Município de Colniza a Josiane Scalzer Vieira.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe os arts. 323, § 2º, e 327, da Constituição Estadual, combinados com o art. 369, V, "a", do Regimento Interno.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a regularização de ocupação fundiária da área de terras, localizada no Município de Colniza, denominada "Fazenda Mutun", com área total de 413.3332 ha, conforme projeto específico do INTERMAT, sob nº 4828/2012, a Josiane Scalzer Vieira.

Parágrafo único O referido imóvel possui as seguintes confrontações:

- ao norte: com terras de Rogério Cesar Piasetzki e Faixa de Domínio da Estrada Municipal;
- ao sul: com terras de Geicielly Rodrigues de Oliveira;
- a leste: com terras de Izaquiel Ferreira de Oliveira, terras de Adriano Hoffmann e Parte Remanescente;
- a oeste: com terras de Shirley Barreto dos Santos, terras de Raimundo Nonato Constância de Almeida e terras de Paulo Renato Piasetzki.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 19 de maio de 2015.

Original assinado:	Dep. Guilherme Maluf	- Presidente
	Dep. Nininho	- 1º Secretário
	Dep. Wagner Ramos	- 2º Secretário

ATO Nº 234/2015

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno.

Considerando as adequações administrativas que estão sendo promovidas nesta Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com fulcro no Art. 87 da Lei Federal nº 8.566/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados, para responderem pela: Gestão, Fiscalização, Acompanhamento, Recebimento e Avaliação dos Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, executados no prédio da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

SERVIDORES:

MÁRIO KAZUO IWASSAKE - MATRÍCULA 33635 - PRESIDENTE

ADILSON MOREIRA DA SILVA - MATRÍCULA 25425 - MEMBRO

DRIEL AZEREDO RIBAS - MATRÍCULA 41594 - MEMBRO

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMpra-SE.

Sala das Reuniões, em Cuiabá, 01 de julho de 2015.

Dep. **GUILHERME MALUF** **Presidente**

Dep. **ONDANIR BORTOLINI "NININHO"** **1º Secretário**

LEI Nº 10.296, DE 06 DE JULHO DE 2016.

Autor: Mesa Diretora

Altera dispositivos da Lei nº 9.493, de 29 de dezembro de 2010, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no desempenho da atribuição conferida pelo Art. 42, § 8º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Altera o Art. 1º da Lei nº 9.493, de 29 de dezembro de 2010, alterado pelas Leis nºs 9.626, de 10 de outubro de 2011, e 9.866, de 27 de dezembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída a verba indenizatória aos membros dos órgãos do Poder Legislativo, no valor de até R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), destinada a cobrir despesas relacionadas ao desempenho de suas funções institucionais, com efeitos financeiros retroativos a 1º de março de 2015.

(...)"

Art. 2º Altera o § 2º do Art. 1º da Lei nº 9.493, de 29 de dezembro de 2010, alterado pelas Leis nºs 9.626, de 10 de outubro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

(...)"

§ 2º Estende aos Secretários do Poder Legislativo, ao Consultor Técnico-Jurídico da Mesa Diretora, ao Consultor Técnico-Legislativo, ao Controlador Interno, ao Procurador-Geral, aos Consultores Coordenadores dos núcleos de Comissões, aos Chefes de Gabinete e aos Gestores de Gabinete, em efetivo exercício das atividades, a verba indenizatória no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio de 2015.

(...)"

Art. 3º Acrescenta § 4º ao art. 1º da Lei nº 9.493, de 29 de dezembro de 2010:

"Art. 1º (...)

(...)"

§ 4º Fica vedado o pagamento, aos membros dos órgãos do Poder Legislativo, de verbas referente a:

- I - auxílio moradia;
- II - auxílio transporte, inclusive aeroviário;
- III - verba de gabinete."

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 06 de julho de 2015.

Original assinado:	Dep. Guilherme Maluf	- Presidente
--------------------	----------------------	--------------

Fls. 02



TIRANTE
CONSTRUTORA



Recebi em

28/05/15

Paulo Freitas Pereira

Assessor Jurídico

Cuiabá, 28 de maio de 2015

À Presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

DR. Guilherme Malouf

SR. Presidente

A TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA, estabelecida em Cuiabá MT, CNPJ. 04.603.651/0001-27, detentora do contrato nº 01/2014 em anexo, por seu representante infra-assinado vem pelo presente expor e em seguida requerer o que segue:

Exposição:

1. O contrato em epígrafe tem seu vencimento previsto para 04/06/2015;
2. Em Dezembro de 2014 foi aditado, (Aditivo 01/2014) em anexo, cujas obras foram ampliadas, com rampas, iluminação, drenos, etc;
3. Em 22 de dezembro de 2014, foi solicitado pela Comissão de Fiscalização das Obras, para que a empresa retardasse a aquisição dos geradores, aguardando estudos para aumento de cargas da futura obra - Escola/ Ambulatório, documento em anexo;
4. Em Fevereiro de 2015, com a assunção da nova Mesa Diretora, foram suspensos todos os pagamentos de fornecedores, inclusive os do requerente que já perduram desde Dezembro de 2014, conforme Planilha Financeira em anexo;
5. O projeto final de combate a Incêndio e Pânico, ainda não foi dado entrada no corpo de bombeiros por conta da "Falta de Assinatura" do requerimento e outros documentos por parte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, impossibilitando assim a aprovação e a consequente vistoria, o que impossibilita a utilização do estabelecimento que já está concluído 98%;
6. E finalizando, enquanto não forem definidos pela Assembleia Legislativa a carga dos geradores, para podermos finalizar projeto de instalação dos mesmos não poderemos adquiri-los e é bom lembrar que se trata de compra especial, portanto não existe pronta entrega, o fabricante normalmente pede 90 dias para entrega e ainda teremos mais 60 dias para completa instalação e teste.

Fls. 03
Rub. 1

Requeremos:

- a) Os pagamentos das parcelas já vencidas conforme Cronograma Financeiro, incluindo os reajustes legais;
- b) A prorrogação do prazo contratual por mais 150 dias, após a definição por parte da Assembleia Legislativa com relação à capacidade dos geradores.

Pelo acima exposto, aguardamos providências da digna Presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Atenciosamente,


Tirante Construtora e Consultoria Ltda

Em anexo:

- Termo de Contrato n.º 001/ SCCC/ALMT/2014
- 1.º Termo Aditivo do Contrato
- Memo n.º 22/12/2014 – Comissão de Fiscalização da Obra da ALMT
- Planilha Financeira Tirante Construtora e Consultoria Ltda

Fls.	04
Rub.	



TIRANTE
CONSTRUTORA



PROTOCOLO

SECRETARIA GERAL - ALMT

RECEBI EM 08/06/15

HORA: 14:39 ASS: Amália

Cr. Nr. 09/2015

Cuiabá, 08 de Junho de 2015

À Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

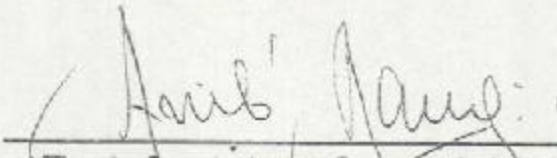
Att.: Tscharlis Franciel Tschá

Sr. Secretário

Em anexo encaminhamos cópia da correspondência protocolada no Gabinete da presidência, recebida pela Assessora Jurídica Dra. Paola Freitas Penna em 28/05/2015, na qual solicitamos pagamentos em atraso, prorrogação do contrato que venceu em 04/06/2015 e outros, pelas razões ali mencionadas.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar junto a essa Secretaria as devidas providências.

Atenciosamente,


Tirante Construtora e Consultoria Ltda

Fls. 05
Rub. 1



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e envolver a população na busca para as demandas sociais".

Ofício nº 105/14/CM/ALMT

Cuiabá, 22 de dezembro de 2014.

Ao Senhor
Denes Alves do Nascimento – Cel BM
DFCIP

Senhor Diretor,

Solicitamos a Vossa Senhoria Vistoria técnica de urgência, com isenção de taxa, fins de resguardar o mínimo necessário a segurança dos frequentadores da Inauguração do Teatro do Cerrado "Zulmira Canavarros", que ocorrerá nesta data às 19h00min, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, cito Av Andre Antonio Maggi, nº 06, Setor A – CPA – CEP 78049-901

Respeitosamente,

Ofício n.º: 781094/2014 Data: 22/12/2014 13:20
Estado de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS

Assunto(a): ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto: ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS
Assunto: OFICIO SOLICITANDO VISTORIA TECNICA DE URGENCIA
Assunto: ISENÇÃO DE TAXA NO TEATRO DO CERRADO ZULMIRA CANAVARROS

Origem: DSCIP/PROTOCOLO
Destino: DSCIP/DIRETORIA ADJUNTA

P.O.
Sias Pereira – Cel PM
Corpo Militar-AL/MT

Sias Pereira – Cel PM
PM MT 883.187



Cuiabá, 10 de Março de 2015

Ao Ilmo. Senhor

TC BM - ROGER RAMOS MARTINI

M. D. Diretor da diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Mato Grosso/CBMMT

Rua Feliciano Galdino nº 377 B, Porto.

Prezado Senhor,

Solicito a Vossa Senhoria, a isenção de Taxa de Segurança Pública (TASEG/CBM) correspondente ao serviço de análise do projeto em anexo, relativos às Obras realizadas na ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO/ALGMT, inscrita no CPF/MF sob nº 03.929.049/0001-11, com sede na Av. André Antônio Maggi, lote 6 s/nº, Bairro CPA, Ed. Gov. Dante Martins de Oliveira, Cuiabá/MT, informo que tal solicitação tem por base o que dispõe o Art. 6º do Decreto nº 2.063/2009;

"Seção IV

Das Isenções

Art. 6º São isentos da Taxa de Segurança Pública (TASEG) os atos e documentos relativos: (cf. art. 99 da Lei nº 4.547/82, alterado pela Lei nº 9.067/2008)

I. À utilização do serviço por órgão da administração pública direta e indireta municipal, estadual, federal e do Distrito Federal; (grifo nosso)

II. Às finalidades militares ou eleitorais;

III. A entidade de assistência social, de beneficência, reconhecida pelo poder público, desde que observem os requisitos previstos na legislação específica;

IV. Às pessoas jurídicas que promovam eventos de caráter recreativo, desde que o total da renda seja destinado a instituições de caridade, devidamente reconhecidas;

RECEBI

121031JS

Isabel

AT. TSCHARLES

(7x)

FORMULÁRIOS-CARIMBO E

ASSINATURAS- SECRETÁRIO GERAL.

OBJETIVO: ENTRADA NO CREA E

GRUPO DE BOMBEIROS: APROVAÇÃO

TRABALHO DO PROJETO CONTRA INCÊNDIO

DEB. SEM DANOS PARA CASA-DESPESA

COM A TIPOGRAFIA CONTRA INCÊNDIO.

PRATO-ADILSON

33128411



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

Cuiabá, 10 de Março de 2015

Ao Ilmo. Senhor

TC BM – ROGER RAMOS MARTINI

M. D. Diretor da diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico Corpo de Bombeiro
Militar do Estado de Mato Grosso/CBMMT

Rua Feliciano Galdino nº 377 B, Porto.

Prezado Senhor,

Solicito a Vossa Senhoria, a isenção de Taxa de Segurança Pública (TASEG/CBM) correspondente ao serviço de análise do projeto em anexo, relativos às Obras realizadas na ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO/ALGMT, inscrita no CPF/MF sob nº 03.929.049/0001-11, com sede na Av. André Antônio Maggi, lote 6 s/nº, Bairro CPA, Ed. Gov. Dante Martins de Oliveira, Cuiabá/MT, informo que tal solicitação tem por base o que dispõe o Art. 6º do Decreto nº 2.063/2009;

"Seção IV

Das Isenções

Art.6º São isentos da Taxa de Segurança Pública (TASEG) os atos e documentos relativos: (cf. art. 99 da Lei nº 4.547/82, alterado pela Lei nº 9.067/2008)

I. À utilização do serviço por órgão da administração pública direta e indireta municipal, estadual, federal e do Distrito Federal;(grifo nosso)

II. Às finalidades militares ou eleitorais;

III. A entidade de assistência social, de beneficência, reconhecida pelo poder público, desde que observem os requisitos previstos na legislação específica;

IV. Às pessoas jurídicas que promovam eventos de caráter recreativo, desde que o total da renda seja destinado a instituições de caridade, devidamente reconhecidas;



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

V. Aos antecedentes criminais, para fins de emprego ou profissão quando o interessado comprovar seu estado de desemprego;

VI. À 1ª via da cédula de identidade para toda pessoa que resida em Mato Grosso."

Sem mais, coloco-me a disposição,

Atenciosamente,

Tschales Franciel Tschá
Secretário Geral/ALMT



TIRANTE
CONSTRUTORA



Cuiabá – MT, 15 de Junho de 2015.

COMUNICAÇÃO

DA: OBRA DO ESTACIONAMENTO Tirante Construtora

A/C Secretário Geral Tschales Franciel Tschá

Assunto: Protocolo

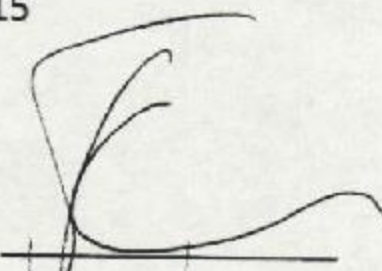
Informo o numero do protocolo dos projetos de combate a incêndio da ALMT junto ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros.

N.: 290060/2015 Data 12/06/2015

Sem mais.

PROTOCOLO

SECRETARIA GERAL - ALMT
RECEBI EM 15.06.15
HORA 16:38 ASS.: Eliana



Fernando Alves de Pinho.
Eng. Civil

Fls.	<u>10</u>
Rub.	<u>10</u>



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS



REQUERIMENTO

Verbo requerer a prestação dos serviços desse setor conforme especificado, a fim de atender as medidas de segurança contra incêndio e pânico previstos na legislação em vigor.

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO SOLICITADO

1.1 ANÁLISE	1.2 VISTORIA TÉCNICA
Aprovação do Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico	Primeira Vistoria "Habilitação"
Renovação do Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico	Renovação de Alvará (APCIP)
Consulta Prévia (Projeto de Arquitetura)	Show/Evento - público estimado
X Alteração de dados: Substituição do Projeto	Avaliar situação de risco
Alteração de dados: Modificação/Atualização de Projeto	Denúncia
Parecer Técnico	2ª Via de Alvará (APCIP)
Cópia do Projeto	Outros
1.3 FORMAÇÃO DE BRIGADA	1.4 CADASTRO E CREDENCIAMENTO
Curso de Formação de Brigada de Incêndio	Cadastramento de Pessoa Jurídica (empresas)
Curso de Treinamento	Cadastramento de Pessoa Física (Resp. Técnico)
Reciclagem	Renovação de Cadastramento de Pessoa Jurídica
	Renovação de Cadastramento de Pessoa Física

2. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO, INSTALAÇÃO OU LOCAL DE RISCO

Estabelecimento:	MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	CNPJ/CPF:	03.929.049/0001-11
Ocupação:	D	Divisão:	D-1
Risco:	Médio	População:	2.778
Endereço:	AV. ANDRÉ MAGGI, Nº 06	Telefone:	(65) 3313-6411
Barra:	CENTRO POLITICO ADM	Cidade:	CUIABA/MT
Proprietário / Responsável pelo uso:	MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	CEP:	78.049-901
Responsável Técnico pelo Projeto:	HILARIO KURPEL DARON	Telefone:	(65) 3313-6411
Responsável Técnico pelo Projeto (Coautor):	NANCY DE ARAÚJO COLMAN	Carteira Profissional:	120032834-2
Nº do Processo Aprovado:	499253/12	Carteira Profissional:	12067212-3
Área Construída (m²):	35.4x0,52	Nº do Alvará de Prevenção Contra Incêndio e Pânico anterior:	
Altura(m):	14,80	Nº de Pavimentos:	TERREO+3PAV.
Legislação:	() Decreto Estadual Nº 857, de 29 de agosto de 1964; (X) Lei Nº 8.369, de 22 de dezembro de 2005		
Ponto de Referência:			

3. IDENTIFICAÇÃO DO (A) REQUERENTE

Requerente:	MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	Telefone:	(65) 3313-6411
Endereço:	AV. ANDRÉ MAGGI, Nº 06	CNPJ/CPF:	03.929.049/0001-11
Barra:	CENTRO POLITICO ADM	Cidade:	CUIABA/MT
Intermediador:		CEP:	78.049-901
Nº de Credenciamento no CBMMT:		E-mail:	
		Carteira Profissional:	

4. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

4.1. O Alvará de Prevenção Contra Incêndio e Pânico (APCIP) do Corpo de Bombeiros Militar se encontra em vigor com suas medidas de segurança contra incêndio e pânico previstas e em vigor.

4.2. O Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico, em matéria de não conformidade, se encontra em vigor e seus documentos, quando não retidos, no prazo de 90 (noventa) dias, serão considerados válidos para consideração a data de emissão do requerimento.

4.3. As edificações, instalações e locais de risco deverão ser mantidos de acordo com as normas técnicas.

4.4. Ficam constantes, as pessoas físicas e jurídicas, tais como o proprietário, responsável por danos materiais decorrentes da situação das medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Protocolo n.º: 290060/2015 Data: 12/06/2015 16:01

Governo do Estado de Mato Grosso
COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS

Interessado(a): ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO
Assunto: ALTERAÇÃO DE DADOS
Resumo: SUBSTITUIÇÃO DE PROJETO PSCIP 499253/12

Local: Cuiabá Data: 12/06/2015
Assinatura do Requerente:
Mensagem: Tochaes Franciel Tocha
Secretário Geral
ALMT

Sector Origem: DSCIP/PROTOCOLO
Sector Destino: DSCIP/CCIP-1 SEÇÃO DE ANÁLISE - CHEFE

Volume: 1 de 8



0 000070 284072



Terça Feira, 01 de Setembro de 2015

16:00 às 16:50 h 1ª Temporada	A DISP DA COORD	A DISP DA COORD	A DISP DA COORD	A DISP DA COORD	A DISP DA COORD	A DISP DA COORD
16:50 às 17:40 h 1ª Temporada	TPM MAJ BM JEAN (0590)	A DISP DA COORD	TPM MAJ BM JEAN (0780)	A DISP DA COORD	TPM MAJ BM JEAN (0890)	A DISP DA COORD
17:40 às 18:30 h 1ª Temporada	TPM MAJ BM JEAN (0690)	A DISP DA COORD	TPM MAJ BM JEAN (0890)	A DISP DA COORD	TPM MAJ BM JEAN (1080)	A DISP DA COORD

LICINIO RAMALHO TANAVES* - TEN CEL BM
COORDENADOR DO 1º CPD

* Original Assinado

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 019/2015

Com fulcro na Lei Estadual nº 8.388/05, no Decreto 2.346/10 e nas Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros nº 01 e 02, esta Instituição Militar Estadual, através da Diretoria de Segurança Contra Incêndio e Pânico, nesta Termo, representada pelo Coronel BM Roger Ramos Martin, RG: 000.018 CBM/MT, Matrícula Funcional: 40101, Diretor de Segurança Contra Incêndio e Pânico, no exercício regular de suas atribuições legais, resolve celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa abaixo qualificada.

MATO GROSSO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, situada na Avenida André Maggi, S/N, Centro Político Administrativo, Cuiabá - MT, inscrita no CNPJ nº 03.829.042/0001-11, neste Termo, representada pelo Sr. Daniel Azevedo Ribas, inscrito no CPF sob o nº 020.132.721-03 e no RG nº 18556260 SSP/MT - Engenharia Civil responsável pela edificação através de procuração.

CONSIDERANDO a emissão do Termo de Notificação nº 599086/2015 datado de 11 de agosto de 2015, após Voto em Conselho na edificação em lide, constatando as seguintes irregularidades:

14 Assembleia de verificação de aprovação do Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

CONSIDERANDO que a edificação atenda a exigência do item 5.1 da Norma Técnica do Corpo de Bombeiros nº 02/2010, ou seja, possui os requisitos mínimos de segurança contra incêndio e pânico para celebração do Termo de Ajustamento de Conduta.

CONSIDERANDO a solicitação, através do protocolo nº 416332/2015, requerendo concessão de maior prazo visando à adequação do edifício conforme as medidas de segurança contra incêndio e pânico previstas em legislação em vigor.

CELEBRAR, as partes já descreitas, o presente Termo de Ajustamento de Conduta, com o objetivo de conceder prazo para correção das irregularidades apontadas na notificação e consequente regularização das mesmas, com posterior emissão do Alvará de Prevenção Contra Incêndio e Pânico, cumprindo o que disciplina a Lei Estadual 8.388/05. Que será regido nas seguintes termos:

TERMINOS GERAIS

1- O Sr. Daniel Azevedo Ribas - Encarregado Administrativo que subscrive o presente instrumento, obriga-se a cumprir o cronograma de execução de acordo com o estabelecido abaixo:

Nº	Descrição da Atividade	Prazo
1-01	Aprovar o Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico aprovado	120
1-02	Executar as medidas de Segurança Contra Incêndio e Pânico conforme processo aprovado	360

2- O prazo máximo para regularização é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos a contar da data de expedição do primeiro termo de notificação.

3- Após o cumprimento de todas as etapas do cronograma acima, o responsável pela edificação deverá solicitar visita técnica ao Corpo de Bombeiros Militar.

DAS PENALIDADES

1- Pelo descumprimento de qualquer das prazos, comprometidos nos limites supracitados, o responsável receberá a 2ª notificação e multa com o valor de até 1.000 (um mil) UFFs (unidade padrão fiscal do Estado de Mato Grosso) por descumprimento total ou parcial do presente termo, conforme o Decreto Estadual nº 2.346 de 21 de janeiro de 2010.

2- O descumprimento das cláusulas do presente termo de ajustamento de conduta, além das sanções aqui previstas, não isentará o responsável pela edificação de responder administrativamente, civil e penalmente conforme legislações aplicáveis.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

1- Será dada publicidade deste Termo através de publicação, até 10 (dez) dias após sua celebração, em Boletim Geral Eletrônico do Corpo de Bombeiros Militar.

2- A Coordenadoria de Fiscalização desta Diretoria fiscalizará o cumprimento deste Termo.

Por estarem de acordo as partes, firmam o presente Termo de Ajustamento de Conduta.

Quarta da DSCIP em Cuiabá - MT, 18 de agosto de 2015.

Ednaldo Fernando Rodrigues* - Maj BM
Coordenador de Legislação e Parcerias-CCIP-3Daniel Azevedo Ribas* - Engº Civil
CPF nº 020.132.721-03
Responsável pela edificação através de procuraçãoRoger Ramos Martin* - Cel BM
Diretor de Segurança Contra Incêndio e Pânico do CBM/MT

*Original assinado

ORDEN DE SERVIÇO

NOTA PARA BOLETIM Nº 074/2015

ORDEN DE SERVIÇO - HOMOLOGAÇÃO

Homologo a Ordem de Serviço nº 074/2015, na qual regula as atividades relacionadas ao desfile Cívico Militar de 7 de setembro de 2015 no Município de Cuiabá MT, conforme transcrição abaixo:

ORDEN DE SERVIÇO Nº 074/2015

1. OBJETIVO

Regular as providências a serem tomadas na empresa Operacional do Corpo de Bombeiros Militar no desfile de 7 de setembro de 2015

2. REFERÊNCIA

Ordem de Serviço nº 015/2015

3. DESFILE CÍVICO MILITAR

- 1- Data: 07 de setembro de 2015
- 2- Horário:
 - 2.1- Tropa Protetor: 06h:30min
 - 2.2- Revista da melhor autoridade presente: 07h:10min
 - 2.3- Início do desfile: 07h:30min

3- Local de Concentração: Av. Historador Rubens de Mendonça (frente da tropa na altura FEMT)

Uniforme: instrução com goma, colunado, ganso, manga dobrada.

MILITARES ESCALADOS

CB BM Fabio	CB BM N. Souza
CB BM Luciano	CB BM Barbosa
CB BM Cristina	CB BM Jolison
CB BM Suzane	SD BM André Garcia

Quarta em Cuiabá - MT, 01 de Setembro de 2015.

ROGER RAMOS MARTIN* - CEL BM
DIRETOR DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO/CBM/MT

*Original Assinado

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO: nº 16/CCIP-3/2015

REFERÊNCIA: Protocolo 543957/2009 (Dóvida quanto à isenção de taxa de análise).

1- DA SOLICITAÇÃO

A Coordenadoria de Análise CCIP-1, através do Protocolo em referência solicita parecer sobre cobrança de taxa de análise conforme segue:

"Encaminho para emissão de parecer quanto à isenção de taxa por se tratar de empresa Sujeita"

2- DOS FATOS

A empresa Berlin S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 06.112.489/0002-04 e inscrição estadual nº 13.348.537-4, protocolizou em 08/04/2009 o PSCIP para análise de sua edificação situada na Rodovia MT 240, km 2,6 - Diamantina/MT, recebendo o número 543957/2009. Até então, a empresa gozava dos benefícios fiscais concedidos pelo Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Mato Grosso - PRODEC criado pela Lei estadual nº 7.958 de 25 de setembro de 2003 que foi regulamentada pelo Decreto estadual nº 1.432 de 25 de setembro de 2003, tendo sido apresentada documentação comprobatória da condição de beneficiária, sendo anexo ao processo de nº 534540/2012.

O processo em referência teve a sua 1ª análise feita pelo SD BM Jandrey Alexandre de Silva, tendo o seu 1º Relatório de Não Conformidade (RNC) emitido no dia em 23/11/2009 e retomando para 1ª reanálise (2ª análise) no dia 18/04/2013, esta sendo feita pelo 3º SGT BM Marcelo Machado de Souza em 03/05/2013 com emissão do 2º RNC e retornado pelo Sr. Edson Lorenzetti no dia 01/08/2013.

O PSCIP retornou para 2ª reanálise (3ª análise) em 08/07/2015 e foi reanalisado pelo 3º SGT BM Ed William Barbosa em 17/08/2015, tendo um 3º RNC emitido. Diante disso, a empresa exigiu a utilização do serviço de análise tal como especificado no item 4.3 da Tabela D da Lei estadual nº 8.377/2010. Sendo assim, através das documentações apresentadas no bojo do PSCIP, o 3º SGT BM Ed William encaminhava a esta Coordenadoria para manifestação quanto ao pagamento da taxa conforme o item 4.3.11 da tabela de taxa de taxa desta legislação.

3- DO ENCAMENHO LEGISLATIVO

Segue abaixo breve histórico da legislação em vigor referente ao caso em questão:
"Decreto nº 2.679, de 26 de dezembro de 2014.

Revoga dispositivos do Decreto nº 1.432, de 25 de setembro de 2003, que regulamenta a Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, que define o Plano de Desenvolvimento do Mato Grosso, cria Fundos e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso III, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO que, por força do disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.302, de 31 de agosto de 2012, ficaram revogados, a partir de 1º de janeiro de 2012, o § 6º e respectivos incisos do artigo 6º da Lei nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, que define o Plano de Desenvolvimento do Mato Grosso, cria Fundos e dá outras providências;

CONSIDERANDO, também, a necessidade de se manter a vigência entre as disposições do Decreto regulamentador da Lei que a criou e as

Fls. 12

Rub. 1

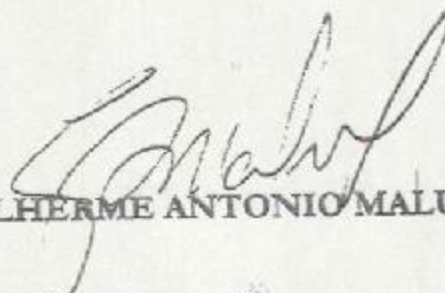


PROCURAÇÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.929.049/0001-11, neste ato representada pelo Presidente **GUILHERME ANTONIO MALUF**, brasileiro, casado, Deputado Estadual, portador da cédula de identidade RG nº 8054 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 314.450.471.87, domiciliado à Avenida André Maggi, nº 6, Centro Político Administrativo, CEP 78.049-901, em Cuiabá-MT confere à Outorgada **DRIELI AZEVEDO RIBAS**, brasileira, solteira, Engenheira Civil, devidamente inscrita no CREA nº 027214/MT, residente e domiciliada à Avenida Ipiranga, nº 450, Edifício Via Ipiranga, Bairro Goiabeiras, CEP 78032035, em Cuiabá-MT, poder em especial para assinar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso.

Cuiabá, 25 de Agosto de 2015.




GUILHERME ANTONIO MALUF

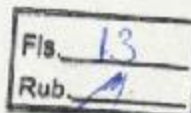
Século Serviço Notarial e Registral - 4ª Circunscrição Imobiliária
Instituído e regulamentado pela Lei nº 1.000, de 1950 - Cuiabá - MT - CEP 78033-408
Fones: (65) 3021-1812 / 3021-1443 - Fax: (65) 3021-3265 - e-mail: cartorio@seculo.org.br

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de: **GUILHERME ANTONIO MALUF (38830)**.

Cuiabá-MT, 27 de agosto de 2015. Horário: 10:11
E DOU-TE. Em testemunho da verdade.

Eudetez Onofre de Cunha Escrevente Juramentada
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Alô de Notas e Registro
Cartório nº 83 - Cod. Ato: 22 GLECE
Selo Digital: AQS 4284 R\$ 5,30

Consulte: www.tjmt.jus.br/sellos



Cr. Nr. 17/2015

Cuiabá, 19 de agosto de 2015

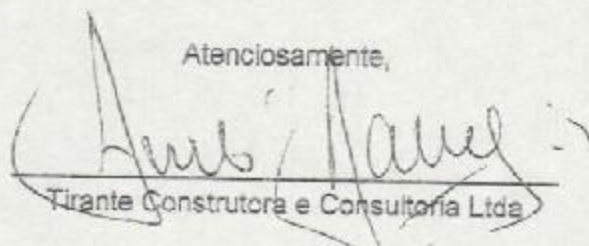
À Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
ATT: Comissão de Fiscalização de Obras

Ref. Contrato n.º 004/2013 – Construção de Estacionamento

Em referência ao ofício n.º 001/2015-CO, estamos encaminhando os documentos solicitados, conforme vossa relação, com exceção do item *4 – Boletim de medição com relatórios fotográficos, os mesmos foram elaborados pela fiscalização e encaminhados ao Setor Financeiro da ALMT:

- 1- Projeto Executivo completo incluindo detalhamentos (memoriais, pranchas e arquivos digitais extensão DWG);
- 2- Apresentação das composições de preços referente aos itens (2.6, 6.1, 8.17, 13.2, 13.8, 13.10, 13.19, 13.20, 13.24, 13.28, 13.30, 13.31, 13.32, 13.33, 13.35, 13.36, 13.37, 13.38, 13.39, 13.40, 14.2.1, 14.8.1, 14.8.2, 14.8.3, 14.9, 14.9.21, 15.10, 15.17, 16.1, 17.5);
- 3- Memória de cálculo de todos os itens executados (arquivo digital – excel) – demonstrativo do cálculo de escavações, volume de concreto, linha de drenagem entre outros que compõem as medições;
- 5- Memória de cálculo da estrutura pré-moldada;
- 6- ADITIVO – apresentação de planilha com aditivo e supressão de serviços, memória de cálculos, relatório fotográficos.
- 7- Arquivo em DWG (projetos);
- 8- Anexo cópia das Cartas encaminhada à Presidência da mesa diretora e a Secretaria Geral, solicitando o Aditivo de Prazo.

Atenciosamente,


Tirante Construtora e Consultoria Ltda

Ingo Geraldo Lunther
Eng.º Civil
CREA-RN - 1206011304

Recebido em
20/08/2015 às
10:05


Drieli Azeredo Ribas
Eng.º Civil
CREA-RN - 1206011304



CURTINHAS EXECUTIVO LEGISLATIVO JUDICIÁRIO ÓRGÃOS MUNICÍPIOS NACIONAL RUMO A 2016 PARTIDO AGRONEGÓCIO E TECNOLOGIA

DIVERSOS VIDA E ESTILO EMPRESA & CIA CONCURSOS FINAL DE SEMANA MATÉRIAS ESPECIAIS

Legislativo

Sexta-Feira, 09 de Outubro de 2016, 08h:14 | Atualizado: 08h:40:55 | A | A

TEATRO DA ASSEMBLEIA

Empreiteira diz que quer entregar estacionamento, mas AL se recusa

Ruiques Gosch

Gilberto Leite/Rdnews



Teatro da Assembleia tem maior estacionamento de MT, mas não está liberado

na Assembleia, realizado na última quarta (07).

Sobre a motivação da Mesa Diretora se recusar a receber o estacionamento, Anildo de Barros acredita que os deputados estejam ganhando tempo para **conceder a exploração do serviço à iniciativa privada, o que já chegou a ser confirmado pela Assembleia**. "Não posso provar, mas é o que tenho ouvido falar por aí. Até andei lendo notícias sobre o assunto", completa.

Para concretizar a concessão, a Assembleia precisa buscar alternativa jurídica para receber pela cobrança do estacionamento. Ocorre que a legislação veda a obtenção de dinheiro que não sejam do duodécimo repassado pelo governo do Estado. A possibilidade é analisada pela procuradoria do Legislativo, que emitirá parecer indicando a saída legal.

Conforme Anildo de Barros, a auditoria do TCE também representa entrave burocrático para entrega oficial do estacionamento. Entretanto, refuta a existência de irregularidades na execução do contrato: "Tudo foi realizado de acordo com a lei. Não existe superfaturamento nem qualquer ilegalidade. Basta visitar as instalações para conferir a qualidade da obra", garante.

A Mesa Diretora alega que solicitou a auditoria do TCE porque o contrato firmado na gestão do ex-presidente da Assembleia José Rive (sem partido) tem suspeita de superfaturamento. Além disso, abrange a construção do teatro, do estacionamento e até a ampliação dos gabinetes dos deputados, sem especificar o valor de cada item. Outro entrave é a falta de separação da responsabilidade de cada gestão sobre a liberação de pagamentos.

O estacionamento, com três andares, oferece vagas para 500 automóveis. Considerado o maior de Mato Grosso, o Teatro do Cerrado Zulmira Canavarros conta com 774 lugares e está entre os 70 maiores do país.

Outro Lado

A Mesa Diretora, por meio da assessoria, afirma que o entendimento com a empreiteira Gemini está adiantado e a entrega oficial da obra deve acontecer até novembro. Lembra também que além da auditoria no contrato, ainda precisou firmar Termo de Ajustamento de Condutas com o Corpo de Bombeiros para garantir o Plano de Combate a Incêndio no estacionamento e no Teatro do Cerrado Zulmira Canavarros.

O empresário ex-prefeito de Cuiabá Anildo de Barros, proprietário da empreiteira Gemini, nega que tenha se recusado a entregar o estacionamento do Teatro do Cerrado Zulmira Canavarros por conta do saldo a receber na ordem de R\$ 12 milhões. Segundo o empreiteiro, é a Mesa Diretora que se recusa a receber enquanto aguarda a conclusão de auditoria do Tribunal de Contas (TCE) no contrato para execução da obra global totalizando R\$ 29 milhões.

"Não trabalho dessa forma. Saldo a receber não impede entrega de obra. Em março, entreguei duas escolas para o governo do Estado e ainda não recebi a totalidade do valor. As crianças até estão estudando nos prédios", afirmou Anildo de Barros em entrevista ao Rdnews.

Anildo de Barros ainda lembrou que o estacionamento está sendo utilizado em eventos para não prejudicar o público. Como exemplo, citou os espetáculos realizados no Teatro do Cerrado Zulmira Canavarros e o lançamento do Outubro Rosa



CURSOS:

TÉCNICOS

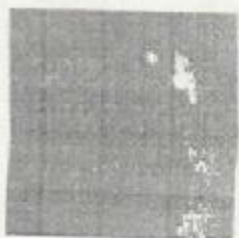
DE EXTENSÃO

DE QUALIFICAÇÃO

POS-MBA

3028-7645
3627-7665

redceteps.com.br

Envie
FOTOS
VÍDEOS
DENÚNCIASNO CELULAR
(65) 9988-4251

Fls. 15

Rub. 14



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

CÓPIA

Ofício nº 072/2015-SG

Cuiabá, 02 de Setembro de 2015.


Assunto: Solicitação de liberação do estacionamento da Assembleia Legislativa para uso no dia 02 de setembro de 2015.

Prezado Senhor,

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CNPJ nº 03.929.049/0001-11, com sede na Avenida André Antonio Maggi, Lote 06, s/nº - Setor A - B, Centro Político Administrativo, vem à presença de Vossa Senhoria solicitar a liberação para uso do estacionamento anexo ao Teatro do Cerrado Zulmira Canavarros, no dia 02 de setembro de 2015, a partir das 19:00 horas, tendo em vista a realização do Concerto Lírico Italiano.

Ressaltamos, ainda, que será providenciada a liberação para uso do espaço junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso.

Atenciosamente,


GUILHERME MALUF
Presidente


ONDANIA BORTOLINI ["NININHO"]
Primeiro Secretário

Ao Senhor
ANILDO LIMA BARROS
TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA
CUIABÁ/MT

Secretaria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Av. André Antonio Maggi, Lote 06, S/N, Setor A, CPA
CEP: 78.049-901 Cuiabá - MT
Tel: (65) 3313 - 6582

Fls. 18
Rub. A



Em atendimento as solicitações da mesa diretora da ALMT listam a seguir:

OF. GG M/ AP / Nº 048-H/15 DATA 07/04/2015- ENTRE OS DIAS 08/09/10/11E 12 -

PEÇA CUIABA DOS MEUS AMORES

OF. GG M/ APL / Nº 052- A/15 DATA 15/ 04/2015- ENTRE OS DIAS 17/17/18/19/24/25/26 E 30

DIVERSAS APRESENTAÇÕES TEATRAIS.

OF. GGM / APL / Nº 055 / 15 DATA 22/04/2015 - PARA O DIA 23/04/2015

PROMOTORA LEGAIS POPULARES DE CUIABA

OF. GGM/APL/Nº 061- A/15 DATA 05/05/2015 ENTRE OS DIAS 06/08/14/16/23/24E 27

PERIODO INTEGRAL DE UTILIZAÇÃO.

OF. Nº 063/2015- SG DATA 06/08 2015 NO DIA 12/08/2015

SESSÃO SOLENE ESPECIAL EM COMEMORAÇÃO AOS 180 ANOS DA ALMT

OF. GGM / APL/Nº 112/15 DATA 19/08/2015 ENTRE OS DIAS 26/27E 28 DE AGOSTO

FORUM INTERNAACIONAL HUMANIISMO E RESSOCIALIZAÇÃO

OF. Nº 072/2015 - SG DATA 02/09/2015 APRESENTAÇÃO NO DIA 02/09/2015

CONCERTO LIRICO ITALIANO

OF. GGM/APL/Nº 116-D/15 DATA 03/09/2015 APRESENTAÇÃO 05/09/2015

CONCERTO MUSICAL

OF. GGM/ APL/Nº126-C/15 DATA 11/09/2015 ENTRE OS DIAS 12 E 13/09/2015

REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTISTICAS

OF. GGM/APL/Nº128-A/15 DATA 16/09/2015 NOS DIAS 16/18/19 E 20 DE SETEMBRO

REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTISTICAS

OF. GGM/APL/Nº 131-E/15 DATA 22/09/2015 NOS DIAS 23 E 24 DE setembro

ENCONTRO DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA FLORESTAL

OF. GGM/APL/Nº 131-F/15 DATA 22/09/2015 NOS DIAS 02/03 E 04/10/2015

APRESENTAÇÃO ARTISTICO CONSERVATORIO MUSICAL DUNGA RODRIGUES

CUIABÁ 09/10/15

Fernando Alves de Pinho
Fernando Alves de Pinho
Engº Civil - CREA-MT. 11.534/D



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 001/SCCC/ALMT/2014

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2013

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 04.603.651/0001-27.

Aos 16 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.929.049/001-11, com sede na Av. André Antônio Maggi, Lote 6, S/Nº- Bairro CPA, Ed. Gov. Dante Martins de Oliveira, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo **Presidente em exercício, Deputado Romoaldo Júnior**, e o **Primeiro Secretário, Deputado Mauro Savi**, e de outro lado a empresa **TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.603.651/0001-27, estabelecida na Rua Barão de Melgaço 2350 sala 211 – Centro Sul – Cuiabá/MT, vencedora da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2013**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Alan Marcel de Barros**, RG nº 13694278 e CPF nº 709.714.981-72, e **Alysson Jean Barros** RG nº 869474-5 e CPF 673.335.591-49, tendo em vista o conteúdo no Processo **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2013**, acordam firmar o presente contrato, obedecidas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos de Concorrência Pública nº 004/2013 e as condições expressas na Lei nº 8.666/93, e alterações subsequentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Obriga-se a **CONTRATADA** a executar as obras de **CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO ANEXO AO TEATRO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL, FERRAMENTAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

ANEXOS, de conformidade com as especificações e quantidades de serviços constantes das planilhas orçamentárias e respectivos projetos, obedecidas as condições constantes do Edital de Concorrência nº 004/2013 o qual, juntamente com a Proposta da CONTRATADA, datada de 19/12/2013, e as Condições de Contrato expressas no MODELO 01 ANEXO C do referido Edital, passam a fazer parte deste Contrato como se nele estivessem integral e expressamente reproduzidos.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O presente instrumento contratual será regido pelas "CONDIÇÕES DE CONTRATO" expressas no MODELO 01 ANEXO C, do Edital de Concorrência Pública nº 004/2013, bem como pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores com alterações subseqüentes e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Os serviços ora contratados serão executados pelo regime de empreitada por preço global, no valor de R\$ 29.677.467,50 (vinte e nove milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), quantia esta que abrange todas as especificações, quantitativos, valores unitários e globais, conforme definido nos respectivos projetos, sendo os pagamentos efetuados por medição de serviços efetivamente executados, observadas as condições expressas nas "CONDIÇÕES DE CONTRATO", que faz parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. As despesas decorrentes do contrato a ser firmado com a empresa vencedora desta licitação, correrão à conta da(s) seguinte (s) dotações orçamentária(s): Constante no Plano Plurianual - PPA, 2012/2015, Lei nº 9.675 de 20 de dezembro de 2011. Exercícios: 2014/2015.

	NÚMERO	HISTÓRICO
PROJETO ATIVIDADE	3793	Ampliação e Reforma do Espaço Físico
ELEMENTO DE DESPESA	44.90.51	Obras e Serviços
FONTE	100	

CLÁUSULA QUINTA

5.1. O objeto contratado deverá ser executado no prazo de **10 (dez) meses**, contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço, expedida pela **MESA DIRETORA** da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, ou quem ela delegar a atribuição.

5.2. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

CLÁUSULA SEXTA

6.1. Por ocasião da assinatura do presente contrato, a CONTRATADA depositará, a título de caução e como garantia de cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância de R\$ 593.549,35 (quinhentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos), correspondente a 2% (dois por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Cuiabá, Capital do Estado do Mato Grosso, para as ações que porventura decorram do presente Instrumento Contratual, não obstante qual seja o domicílio da CONTRATADA.

7.2. E, por assim estarem acordes, foi lavrado este instrumento, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor.

Cuiabá-MT, 16 de janeiro de 2014.

<p>CONTRATANTE</p> <p>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ nº 03.929.049/0001-11</p>	<p>DEPUTADOS – MESA DIRETORA Presidente em exercício Romoaldo Junior: _____ Secretário Mauro Savi: _____</p>
<p>CONTRATADA</p> <p>TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA CNPJ 04.603.651/0001-27</p>	<p>REPRESENTANTE LEGAL Alan Marcel de Barros RG nº 13694278 e CPF nº 709.714.981-72 Alysson Jean Barros RG nº 869474-5 e CPF 673.335.591-49</p>

Testemunhas:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar as atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade"

ANEXO C

MODELO 01

CONDIÇÕES DE CONTRATO

O Instrumento Contratual a ser firmado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e a empresa ADJUDICATÁRIA, será regido pelas condições expressas no presente Edital, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como pelas condições a estabelecidas a seguir:

1.0 DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.0 DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.0 DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 1.1 Os serviços contratados serão executados pelo regime de empreitada por preço global, pelo valor resultante da proposta da empresa CONTRATADA, quantia que abrange todas as especificações, quantitativos, valores unitários e globais, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a omissão de serviços necessários à completa e perfeita execução da obra, conforme definido nos respectivos projetos, sendo os pagamentos efetuados por medição de serviços efetivamente executados.

2.0 DAS OBRIGAÇÕES

- 2.1 Constituem-se obrigações do CONTRATANTE:

- a) Fornecer informações e garantir acesso à CONTRATADA a toda documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas nestas Condições de Contrato;
- c) Emitir Ordem de Serviço e Autorizações específicas para a atuação da CONTRATADA;

- 2.2 Constituem-se obrigações da CONTRATADA:

- a) Conduzir e executar os serviços de acordo com as normas técnicas e em estrita observância a legislação vigente;
- b) Obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da SINFRA-MT, tomando delas expreso conhecimento;
- c) Assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciária, bem como às que dizem respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Artigo 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseqüentes;



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".



- d) Providenciar, sob as penas cabíveis, o uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes;
- e) Durante a execução do objeto contratado e até o seu recebimento definitivo, assume a CONTRATADA integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- f) Comparecer, sempre que o CONTRATANTE solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, para examinar e prestar esclarecimentos sobre problemas relacionados com o objeto do Contrato;
- g) Atender a todas as solicitações de natureza técnica do CONTRATANTE relacionadas com o objeto do Contrato;
- h) Resguardar o CONTRATANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força do Contrato;
- i) Manter o CONTRATANTE informado, de acordo com a conveniência deste, de todos os pormenores dos serviços;
- j) Responsabilizar-se pelos serviços de controle de qualidade das obras executadas;
- k) Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o CONTRATANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização;
- m) Respeitar, na execução das obras e serviços, as características ambientais da região, obrigando-se, ainda, a transportar para local apropriado, aprovado pelo CONTRATANTE, os materiais de bota-fora, entulhos e lixos de quaisquer naturezas, provenientes das obras e serviços.
- n) Garantir o acesso de veículos e pedestres às residências, quando se tratar de obras de terraplenagem, pavimentação e calçamento de vias públicas.
- o) Em atendimento as normas técnicas da ABNT e SINFRA-MT, todos os materiais, máquinas e equipamentos utilizados pela empresa contratada deverão ser de primeira qualidade.

3.0 DO PREÇO

- 3.1 O(s) preço(s) unitário(s) acordado(s) poderá (ão) ser alterado(s), por reajuste, ou revisão a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei Federal nº 10.192/2001 e Artigo 65, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores. Na hipótese dos valores serem originários de planilha de composição de custos, a revisão se dará sempre mediante análise das planilhas, para efetiva comprovação de alteração dos preços contratuais.
- 3.2 Caso venha ser necessária a realização de serviços adicionais não previstos originalmente, o custo global dos mesmos será definido com base nos preços unitários constantes da "Tabela de Preços Unitários" vigentes na SINFRA-MT, ou, se for o caso, o custo praticado no mercado desde que aprovado pela fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, observadas as condições da proposta da CONTRATADA.

4.0 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade"



- 4.1 Os pagamentos serão efetuados contra a apresentação das faturas correspondentes às medições dos serviços efetivamente executados nos períodos com base no cronograma físico-financeiro aprovado devidamente certificados pela COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso na dependência, somente, da verificação e aceitação dos serviços, emitido pela fiscalização. Tais pagamentos serão efetuados exclusivamente à empresa contratada, **PROIBIDA** a cessão do crédito a terceiros.
- 4.2 A CONTRATADA, por ocasião do(s) faturamento(s) inerente(s) ao objeto contratado, deverá, obrigatoriamente, comprovar o recolhimento dos encargos previdenciários resultantes da execução dos serviços, de forma que venha a ser elidida a responsabilidade solidária do CONTRATANTE, considerando o que dispõe o § 2º do Artigo 71. da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 4.3 Os pagamentos de que trata o item anterior, serão efetuados em até 10(dez) dias corridos, contados da data de aferição dos serviços por parte da fiscalização, devendo ser anexado ao "Processo de Pagamento" a seguinte documentação:
- a) Certidão Negativa de Débitos perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS referente ao mês imediatamente anterior;
 - b) Cópia autenticada das guias de recolhimento da contribuição previdenciária, devidamente quitadas;
 - c) Cópia autenticada das guias de recolhimento do FGTS, devidamente quitadas e Relação de Empregados - RE, envolvidos na execução do objeto contratado;
 - d) Cópia autenticada das folhas de salário dos empregados envolvidos na execução do objeto contratado;
 - e) Declaração do empregador, ou do responsável pela gestão ou direção da empresa, dando conta da regular quitação de todos os direitos sociais trabalhistas de seus empregados.

5.0 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 5.1 O valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, a qual poderá ser representada por Moeda Corrente no País, Títulos da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Fiança Bancária;
- 5.2 A adjudicatária, quando da assinatura do termo de contrato, deverá, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar o comprovante de formalização da garantia.
- 5.3 Quando a garantia contratual for prestada na modalidade de Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia, o prazo de validade da mesma deverá perdurar até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da obra.
- 5.4 As garantias contratuais serão liberadas mediante requerimento, devidamente protocolado na Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças, após o recebimento definitivo da obra.



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".



- 5.5 Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação do percentual sobre o valor contratual majorado.
- 5.6 A CONTRATADA perderá a garantia de execução e a garantia adicional, conforme o caso, quando:
- a) Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão unilateral do termo de contrato;
 - b) Quando do não recebimento definitivo da obra;
- 5.7 Ocorrendo o previsto no item anterior, a importância correspondente à garantia de execução e da garantia adicional, se houver, serão apropriados pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

6.0 PENALIDADES

- 6.1 As licitantes poderão ser aplicadas sanções e penalidades expressamente previstas nos artigos 86 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e suas alterações posteriores. A licitante vencedora estará sujeita às penalidades quando:
- a) Deixar de assinar o Contrato, nos termos deste Edital;
 - b) Proceder com atraso:
 - I) No início ou na conclusão dos serviços;
 - II) No cumprimento do cronograma.
 - c) Dificultar os trabalhos de fiscalização dos serviços;
 - d) O objeto do contrato não for executado de acordo com as condições do Edital, do Contrato e das Normas e Especificações Técnicas.
 - e) Os serviços forem transferidos;
 - f) Inexecutar parcial ou totalmente o Contrato, importando prejuízo à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso;
 - g) Der causa à rescisão do Contrato.
- 6.2 Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados, as sanções a serem aplicadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na inadimplência das obrigações contratuais previstas no subitem anterior, são as seguintes:
- a) Advertência;



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade."



b) Multa sobre o valor total do contrato, na época da infringência, nos seguintes percentuais:

- I) De 0,5% nos casos das alíneas (a) e (c) do subitem 6.1 deste Edital;
- II) De 1,0% nos casos das alíneas (d) e (e) do subitem 6.1 deste Edital;
- III) De 5,0% nos casos das alíneas (f) e (g) do subitem 6.1 deste Edital;

c) Multa de 0,2%, no caso da alínea (b.1) do subitem 6.1 deste Edital, por dia de atraso, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias;

d) Rescisão do Contrato, no caso da alínea (b.1) do subitem 6.1 deste Edital, se o atraso for superior a 30 (trinta) dias;

e) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com o consequente cancelamento do seu registro cadastral.

6.3 As sanções previstas nas alíneas (a), e (f) do subitem 6.2 deste Edital, poderão ser aplicadas juntamente com a das alíneas (b) (c) e (d) do subitem 6.3 deste Edital, a critério da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.4 A sanção estabelecida na alínea (f) do subitem 6.2 é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após decorridos 02 (dois) anos de aplicação.

6.5 A multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontada da garantia do Contrato ou dos pagamentos eventualmente devidos pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, ou ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

6.6 Os prazos acima citados serão contados a partir do expresso recebimento da notificação enviada pela licitadora à licitante vencedora.

6.7 Compete ao CONTRATANTE, por proposta da fiscalização, a aplicação de multas e penalidades, de acordo com a gravidade da falta cometida pela CONTRATADA.

6.8 Quando da ocorrência de infração que enseje na aplicação de multas, o CONTRATANTE emitirá notificação a CONTRATADA informando sobre a penalidade a ser aplicada, bem como os motivos que lhe deram causa.

6.9 Da notificação mencionada no item anterior, caberá defesa prévia por parte da CONTRATADA no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da respectiva notificação.



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade"



- 6.10 O CONTRATANTE julgará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, procedente ou improcedente a defesa apresentada. Se acatadas as razões da CONTRATADA, o CONTRATANTE emitirá comunicado da não aplicação da penalidade.
- 6.11 No caso de ser julgada improcedente a defesa apresentada, o CONTRATANTE emitirá nova notificação à CONTRATADA reiterando a aplicação da multa/penalidade, estabelecendo o prazo de 02 (dois) dias úteis, no caso de multa, para que a CONTRATADA recolha junto à Secretaria de Planejamento Orçamento e Finanças, através de Guia de Recolhimento, a importância correspondente.
- 6.12 O não recolhimento da multa dentro do prazo estabelecido dará ao CONTRATANTE o direito de descontá-la da caução e/ou medição/fatura ainda não pagas, bem como de inscrevê-la em dívida ativa do ESTADO ou de cobrá-la judicialmente.

7.0 DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 As medições serão efetuadas de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro aprovado onde serão computados em cada uma, os serviços efetivamente realizados no período, de acordo com os procedimentos e critérios de medição utilizados pela Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
- 7.2 A medição final da obra, a critério do Departamento competente, somente será liberada depois de cumpridas as seguintes formalidades:
- a) Execução, por parte da CONTRATADA, de todas as pendências da obra, identificadas pela fiscalização no termo de Recebimento Provisório das obras;
 - b) Apresentação, por parte da CONTRATADA, de "As Built", ou seja, um relatório que venha a refletir as condições finais da obra;

8.0 PRAZO DE EXECUÇÃO

- 8.1 O objeto contratado deverá ser executado no prazo estabelecido no Termo de Contrato, observado o disposto no Edital de Licitação, obrigando-se a CONTRATADA a executar o objeto do Contrato em estrita observância aos serviços e prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
- 8.2 O prazo de execução dos serviços será em meses contados a partir da data da respectiva Ordem de Serviço, expedida pela MESA DIRETORA da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso ou quem ela designar.
- 8.3 Quando, por motivo plenamente justificado, ocorrer a suspensão do Contrato por ordem do CONTRATANTE, cessa os deveres e responsabilidades de ambas as partes, em relação ao Contrato.



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

- 8.4 Qualquer eventual prorrogação do prazo de execução das obras, somente poderá ocorrer nos termos do Artigo 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 8.5 Para que a CONTRATADA possa invocar fatos capazes de justificar qualquer prorrogação do prazo de execução das obras, os mesmos deverão ser comunicados ao CONTRATANTE por escrito e em tempo hábil.
- 8.6 Se a CONTRATADA deixar de fornecer justificativas sobre atraso em tempo hábil a prorrogação do prazo de execução das obras poderá não ser levada a efeito.
- 8.7 Os motivos invocados pela CONTRATADA para a prorrogação do prazo de execução serão analisados e julgados pelo CONTRATANTE. Somente após a aceitação dos motivos pelo CONTRATANTE poderá ocorrer uma eventual prorrogação do prazo de execução, mediante formalização de Termo Aditivo ao contrato, desde que preenchidos os pressupostos legais.
- 8.8 Quando o CONTRATANTE considerar necessário, por motivo plenamente justificado, antecipar a data de conclusão das obras ou prorrogá-la por mais um período, poderá vir a ser ajustado entre as partes um novo cronograma físico-financeiro correspondente ao novo prazo. Caso a CONTRATADA concorde com esta proposta, as partes ajustarão a prorrogação do prazo mediante a formalização de aditamento ao contrato, desde que preenchidos os pressupostos legais.

9.0 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1 O prazo de vigência é o estabelecido no Parágrafo Único da Cláusula Quinta do Termo de Contrato, podendo vir a ser prorrogado a critério e no interesse do CONTRATANTE.

10.0 INÍCIO DOS SERVIÇOS

- 10.1 Para início dos serviços, conforme o caso deverá a CONTRATADA providenciar:
- a) Os respectivos Alvarás junto aos órgãos competentes;
 - b) Matrícula específica da obra junto ao INSS;
 - c) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativa à obra, onde deverá constar o nome e a inscrição junto ao CREA do Profissional Habilitado que atuará como Responsável Técnico, bem como a respectiva "ART" dos engenheiros responsáveis pela fiscalização dos mesmos, os quais serão indicados pela CONTRATANTE.
 - d) A CONTRATADA, por ocasião do recebimento da Ordem de Serviço, deverá apresentar, a critério da Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para a execução da obra contratada, devendo nesta relação dimensionar: Mestre, Oficial, Meio-Oficial, Serventes, Técnicos de Nível Superior, etc., acompanhada de



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

declaração formal, passada pelo representante legal da CONTRATADA, de sua disponibilidade para atuarem na execução das obras.

- e) Caso a CONTRATADA não venha a iniciar as obras dentro do prazo de 02 (dois) dias, contados da data da Ordem de Serviço, sem que apresente justificativa plenamente aceita pela Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a CONTRATANTE se reserva o direito de cancelar a Ordem de Serviço expedida, com a conseqüente rescisão do contrato, fundamentada no que dispõe o Artigo 78, inciso IV, e Artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho e suas alterações posteriores.
- f) Em ocorrendo o disposto no item anterior, o CONTRATANTE poderá vir a efetivar a contratação das obras nos termos do Artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

11.0 CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 A CONTRATADA não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, bem como não será admitido a sub-empregada total das obras objeto do contrato.
- 11.2 O CONTRATANTE mediante prévia e expressa autorização passada pela MESA DIRETORA da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, ou quem ela designar, poderá vir a autorizar a subcontratação parcial das obras contratada, somente após manifestação favorável da Comissão de Fiscalização.
- 11.3 A autorização do CONTRATANTE para a CONTRATADA subcontratar parcialmente as obras objeto do contrato, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA para com o CONTRATANTE em decorrência do Contrato, nem importará no estabelecimento de qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o(s) subcontratado(s).

12.0 ALTERAÇÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

- 12.1 Qualquer modificação que se faça necessária durante o andamento das obras, seja nos projetos, detalhes ou especificações, somente poderá ser feita a critério da CONTRATANTE, através da Comissão de Fiscalização, que autorizará por escrito, ficando obrigada, a CONTRATADA, a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas obras para melhor adequação técnica, obedecidos os limites legais estabelecidos no Artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
- 12.2 Caso venha a ser necessária na obra contratada a realização de serviços adicionais não previstos originalmente, o custo global dos mesmos será definido com base nos preços unitários constantes da Tabela de Preços Unitários vigente na SINRA-MT, ou, se for o caso, o custo praticado no mercado desde que aprovado pela Comissão de



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso proposta da CONTRATADA, formalizando o respectivo aditamento ao Contrato Primitivo.

- 12.3 No caso de acréscimo de serviços, a Ordem de Serviço Correspondente somente será expedida após a formalização do respectivo aditamento ao contrato primitivo, obedecidas às formalidades legais.
- 12.4 O pagamento dos serviços mencionados neste item obedecerá às condições estabelecidas no item 4.0 destas CONDIÇÕES DE CONTRATO.

13.0 FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

- 13.1 A fiscalização da execução do objeto contratado, será feita pelo CONTRATANTE através de profissionais para esse fim designados, com responsabilidades específicas ou por empresa de consultoria especializada devidamente contratada para esse fim.
- 13.2 A supervisão dos profissionais designados para a fiscalização da execução do objeto contratado estará a cargo de Profissional Habilitado nomeados por Portaria da MESA DIRETORA da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
- 13.3 A CONTRATADA deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais profissionais enviados pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, inspecionem a execução das obras, examinem os registros e documentos que considerem necessários conferir, bem como que verifiquem se estão disponíveis no canteiro das obras os veículos, máquinas e equipamentos, indicados na relação de máquinas e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA. No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos do CONTRATANTE contar com a total colaboração da CONTRATADA.
- 13.4 A CONTRATADA deve manter no canteiro das obras o "Diário de Ocorrências" o qual deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização.
- 13.5 Qualquer serviço ou material, que apresente defeitos, vícios ou incorreções revelados durante o andamento da execução das obras, deverão ser prontamente refeitos, corrigidos, removidos, reconstruídos e/ou substituídos pela CONTRATADA, tão logo seja expedida por parte da fiscalização a respectiva notificação, livre de qualquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.
- 13.6 Quando for o caso, para início de uma nova etapa da obra, a etapa anterior, a critério da Fiscalização, deverá ser submetida à aprovação do laboratório e/ou topografia.
- 13.7 A CONTRATADA é obrigada, se for o caso, a efetuar e entregar no prazo requisitado pela fiscalização o resultado de testes, ensaios, laudos, etc. que se fizerem necessários nas obras. As despesas decorrentes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, (concreto, aço, estrutura metálica da torre e demais custos).



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

- 13.8 O CONTRATANTE e a CONTRATADA, de um a outro, podem solicitar reuniões de gerenciamento das obras e do contrato. Quando isso vier a ocorrer a fiscalização do CONTRATANTE elaborará ata dos assuntos tratados nas reuniões de gerenciamento e distribuirá cópias da mesma aos participantes da reunião. A responsabilidade das partes na tomada de providências deve ser decidida e informada por escrito.
- 13.9 Toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser formalizada por escrito. Quando se tratar de "notificação", a mesma somente tornar-se-á efetiva após o recebimento por parte da CONTRATADA, responsabilizando-se a CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer co-responsabilidade.
- 13.10 A ação ou omissão da Fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

14.0 VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

- 14.1 Obriga-se a CONTRATADA, para o bom andamento das obras, colocar à disposição das mesmas, veículos, máquinas e equipamentos adequados e necessários em quantidade e qualidade à execução do objeto do contrato.
- 14.2 Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de interditar a utilização de qualquer veículo, máquina ou equipamento que não esteja em perfeitas condições de uso ou que julgar impróprio para a execução do objeto do contrato.
- 14.3 É expressamente vedado à CONTRATADA o transporte de trabalhadores em carrocerias de caminhões, dentro do canteiro de obras ou fora dele, que não atenda as normas de segurança do trabalho e de trânsito. O transporte coletivo de trabalhadores em veículos automotores deve obedecer às normas de segurança instituídas pelo Código Nacional de Trânsito, bem como as definidas pela Norma Regulamentadora n.º 18, do Ministério do Trabalho, de forma que venha a ser elidida a responsabilidade solidária do CONTRATANTE.
- 14.4 A CONTRATADA, uma vez iniciados os serviços, somente poderá retirar equipamentos e pessoal necessários à execução dos mesmos, mediante prévia solicitação e expressa aprovação do CONTRATANTE.
- 14.5 Compete a CONTRATADA observar que veículos pesados a serem utilizados na execução dos serviços somente poderão trafegar por vias definidas pela fiscalização, sendo que as cargas e descargas de materiais de construção somente poderão ocorrer através de autorização, por escrito, da Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, inclusive quanto ao acesso de caminhões de dimensões e capacidade limitada de carga.



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".

- 14.6 No caso de ser constatado pela fiscalização do CONTRATANTE, o tráfego dos veículos pesados em vias não autorizadas, a CONTRATADA será notificada e deverá recompor, às suas expensas, todo e qualquer pavimento ou calçamento que porventura venha a ser danificado em decorrência. Caso a CONTRATADA não venha a recompor os danos causados, o CONTRATANTE se reserva o direito de realizar os mesmos, descontando da fatura devida à CONTRATADA os valores despendidos para tal fim, ficando inclusive, a empresa, sujeita à suspensão junto ao Registro Cadastral do Estado de Mato Grosso, bem como à aplicação de demais penalidades previstas em lei.
- 14.7 Compete à CONTRATADA observar que o tráfego de veículos pesados sobre a calçada existente entre a obra e a rua deverá ser realizado através da utilização de uma proteção especial em chapa de aço. No caso da ocorrência de qualquer dano em decorrência de tal tráfego, obriga-se a CONTRATADA a repará-lo aplicando-se, para tanto, pelo CONTRATANTE o estabelecido no item anterior.

15.0 SINALIZAÇÃO DAS OBRAS

- 15.1 A CONTRATADA, por imperativo de ordem e segurança, obriga-se a prover de sinalização os locais dos serviços, colocando no local dos trabalhos, antes de seu início, tapumes, cavaletes e demais instrumentos de sinalização, bem como placas indicativas das mesmas, em local a ser indicado pela fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 15.2 No caso de ser constatado pelo CONTRATANTE o não atendimento ao item anterior, ficará a CONTRATADA SUJEITA à aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) do valor global da etapa prevista no mês, nos casos de incidência e reincidência.
- 15.3 Compete à CONTRATADA observar as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito no tocante à sinalização de vias públicas.

16.0 RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

- 16.1 A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto do contrato, nos termos do Artigo 618 do Código Civil Brasileiro e demais legislações aplicáveis.
- 16.2 A CONTRATADA responsabiliza-se pelo bom andamento dos serviços, bem como pela execução dos mesmos, dentro da boa técnica e rigorosamente de acordo com os projetos, especificações e memoriais respectivos.
- 16.3 O CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização poderá impugnar ou interditar no todo ou em parte qualquer serviço, quando os mesmos contrariarem a boa técnica ou quando estiverem em desacordo com os projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais respectivos.
- 16.4 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, pessoa física ou jurídica, durante a execução das obras contratadas, inclusive, quanto a acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais,



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre as parlamentares e a comunidade".

indenizações, etc., isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possam surgir em decorrência.

17.0 RESCISÃO

- 17.1 Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência técnica ou administrativa, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666, de 21 de junho e suas alterações posteriores, mediante formalização do respectivo termo de rescisão do contrato.
- 17.2 O CONTRATANTE para formalização da rescisão do contrato quer pelos motivos elencados no item supra ou por outros que motivem rescisão unilateral, expedirá à CONTRATADA "notificação" onde serão expostos os motivos da rescisão contratual.
- 17.3 Após a expedição da notificação, caberá à CONTRATADA defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, sem efeito suspensivo, até que seja analisada e julgada a justificativa exposta.
- 17.4 Caso haja recusa por parte da CONTRATADA no recebimento da notificação o CONTRATANTE providenciará a devida publicação do mesmo no Diário Oficial passando, na contagem de prazo, a valer a data de publicação.
- 17.5 O CONTRATANTE julgará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, procedente ou improcedente os argumentos da CONTRATADA, devendo fundamentá-la e, se improcedente, procederá à lavratura do respectivo Termo de Rescisão obrigando-se expressamente a CONTRATADA, como ora o faz, a entregar o objeto do contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.
- 17.6 Se a rescisão do contrato for motivada pela CONTRATADA, a fiscalização formalizará medição dos valores dos serviços realizados até a data da emissão da notificação, deduzindo do seu total o valor correspondente a porcentagem dos serviços não realizados, o qual representa o custo adicional para o CONTRATANTE concluir as obras.
- 17.7 Ocorrendo o disposto no item supra o CONTRATANTE terá direito a aplicação de multas e penalidades previstas no contrato, bem como ao ressarcimento por prejuízos causados por descumprimento do Contrato. Se a quantia total devida ao CONTRATANTE exceder qualquer pagamento devido à CONTRATADA, a diferença será considerada um débito a ser pago ao CONTRATANTE.
- 17.8 Aplicam-se ao contrato, para as questões de inexecução e para as pendências decorrentes de rescisão, as disposições pertinentes da Lei n.º 8.666/93 com alterações posteriores.

18.0 RECEBIMENTO DAS OBRAS



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".



- 18.1 O recebimento provisório das obras será promovido pelo CONTRATANTE mediante a designação de uma Comissão composta por profissionais devidamente habilitados, a qual verificará e atestará o cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da comunicação, por escrito, da CONTRATADA, informando a conclusão das obras.
- 18.2 Em sendo constatado pela Comissão de Recebimento Provisório, falhas e defeitos construtivos, bem como serviços executados sem a observância do indicado no projeto, nas especificações e na documentação pertinente ao Contrato, a Comissão fará constar tais aspectos no Termo de Recebimento Provisório, passando a ser contado a partir da data do mesmo, o prazo de 90 (noventa) dias corridos destinados, para a realização por parte da CONTRATADA, dos reparos e defeitos indicados, e conseqüente Recebimento Definitivo das obras, conforme disposto no Artigo 73 da Lei nº 8666/93 com alterações subseqüentes, permanecendo para todos os efeitos legais a responsabilidade decorrente de Lei.
- 18.3 Decorrido o prazo de observação e de correção de defeitos o CONTRATANTE, mediante a designação de uma Comissão composta por profissionais devidamente habilitados efetuará a verificação e vistoria das obras para o Recebimento Definitivo das mesmas. Em sendo constatado que os serviços foram executados em observância com o indicado no projeto, nas especificações e na documentação pertinente ao Contrato, bem como que as falhas e defeitos construtivos foram devidamente corrigidos, a Comissão emitirá o correspondente Termo de Recebimento Definitivo da obra, passando a mesma a ser considerado recebido definitivamente nos termos do Artigo 73, da Lei nº 8666/93 com alterações subseqüentes, permanecendo para todos os efeitos legais a responsabilidade decorrente de Lei.
- 18.4 Para o recebimento definitivo das obras e/ou serviços, a CONTRATADA deverá apresentar obrigatoriamente à **SECRETARIA GERAL** ou a quem esta delegar a atribuição, as seguintes certidões:
- I) Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (INSS);
 - II) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - III) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e
 - IV) Se for o caso, também o "Certificado de Vistoria e Conclusão da Obra - CVCO" expedido pela **FISCALIZAÇÃO**.
- 18.5 Caso a CONTRATADA execute serviços sem a observância do indicado no projeto, nas especificações e na documentação pertinente ao Contrato, ou não venha a cumprir com o circunstanciado no Termo de Recebimento Provisório quanto à execução de reparos e defeitos, o CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber a obra definitivamente, respondendo a CONTRATADA pelas penalidades definidas nestas Condições de Contrato, bem como pelas estabelecidas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e suas alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade"

- 18.6 Somente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o CONTRATANTE a pedido da CONTRATADA, emitirá a correspondente "Certidão" certificando a execução das obras contratadas.

19.0 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Quando o prazo de execução do objeto contratado for superior a 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA tenha sua sede em outro Município, a mesma terá que providenciar a instalação, em Cuiabá, de escritório com capacidade técnica, jurídica e administrativa, para manter todos os entendimentos que se fizerem necessários entre ela e o CONTRATANTE.
- 19.2 Fcins "CONDIÇÕES DE CONTRATO" constituem-se em ANEXO do Edital de Concorrência nº ____/____ e farão parte integrante do Termo de Contrato a vir a ser firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, como se nele estivessem integral e expressamente reproduzida, tendo a CONTRATADA expressado sua plena concordância de todos os seus termos através de documento juntado ao processo de licitação.
- 19.3 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.
- 19.4 A assinatura do contrato, ficará condicionado a prévia homologação e adjudicação do processo licitatório.

Cuiabá/MT, 25 de novembro de 2013.

AGENOR FRANCISCO BOMBASSARO
Superintendente de Licitação



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".



MODELO 02

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/
ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO
GROSSO, ATRAVÉS MESA DIRETORA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO
GROSSO E A EMPRESA _____,
REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESPEAÇO FÍSICO.

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e dez, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.929.049/001-11, com sede na Av. André Antônio Maggi, Lote 6,
S/Nº- Bairro CPA, Ed. Gov. Dante Martins de Oliveira, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo
Presidente, Deputado _____, e o Primeiro Secretário, Deputado
_____, e de outro lado a empresa _____,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____. Inscrição
Estadual nº _____, estabelecida na _____, vencedora da

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ____/
neste ato representado por _____, RG nº _____ e CPF nº _____,
tendo em vista o contido no Processo CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº ____/
_____, acordam firmar o presente contrato, obedecidas às condições estabelecidas no
Edital e seus anexos de Concorrência Pública nº ____/
e as condições expressas na Lei nº 8.666/93, e alterações subsequentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Obriga-se a CONTRATADA a executar as obras do _____ (DESCRIÇÃO
DO QUE SERÁ CONTRATADO) _____, de conformidade com as especificações e
quantidades de serviços constantes das planilhas orçamentárias e respectivos projetos, obedecidas
as condições constantes do Edital de Concorrência nº ____/
o qual, juntamente com a
Proposta da CONTRATADA, datada de ____/
e as Condições de Contrato expressas no
MODELO 01 ANEXO C do referido Edital, passam a fazer parte deste Contrato como se nele
estivessem integral e expressamente reproduzidos.



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".



CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O presente instrumento contratual será regido pelas "CONDIÇÕES DE CONTRATO" expressas no MODELO 01 ANEXO C, do Edital de Concorrência Pública nº ____/____, bem como pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores com alterações subseqüentes e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Os serviços ora contratados serão executados pelo regime de empreitada por preço global, no valor de R\$ ____ (____), quantia esta que abrange todas as especificações, quantitativos, valores unitários e globais, conforme definido nos respectivos projetos, sendo os pagamentos efetuados por medição de serviços efetivamente executados, observadas as condições expressas nas "CONDIÇÕES DE CONTRATO", que faz parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. As despesas decorrentes do contrato a ser firmado com a empresa vencedora desta licitação, correrão à conta da(s) seguinte (s) dotações orçamentária(s): Constante no Plano Plurianual – PPA, 2012/2015, Lei nº 9.675 de 20 de dezembro de 2011, Exercícios: 2014/2015

	NÚMERO	HISTÓRICO
PROJETO ATIVIDADE	3793	Ampliação e Reforma do Espaço Físico
ELEMENTO DE DESPESA	44.90.51	Obras e Serviços
FONTE	100	

CLÁUSULA QUINTA

5.1. O objeto contratado deverá ser executado no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço, expedida pela MESA DIRETORA da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, ou quem ela delegar a atribuição.

5.2. O prazo de vigência do presente contrato será de 16 (dezesseis) meses, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA

6.1. Por ocasião da assinatura do presente contrato, a CONTRATADA depositou, a título de caução e como garantia de cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância de R\$... (...), correspondente a 2% (dois por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Cuiabá, Capital do Estado do Mato Grosso, para as ações que porventura decorram do presente Instrumento Contratual, não obstante qual seja o domicílio da CONTRATADA.



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade".



7.2. E, por assim estarem acordes, foi lavrado este instrumento, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Cuiabá-MT, _____ de _____ de _____.

<u>CONTRATANTE</u> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ nº 03.929.049/0001-11	<u>DEPUTADOS – MESA DIRETORA</u> Presidente em exercício Romoaldo Junior: _____ Secretário Mauro Savi: _____
<u>CONTRATADA</u> CNPJ nº _____	<u>REPRESENTANTE LEGAL</u> _____: _____
<u>TESTEMUNHA</u> NOME: _____ RG Nº: _____ CPF Nº: _____ ASSINATURA: _____	<u>TESTEMUNHA</u> NOME: _____ RG Nº: _____ CPF Nº: _____ ASSINATURA: _____



PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade"



MODELO 03

MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO DO TERMO DE CONTRATO

ORDEM DE SERVIÇO nº _____	
Licitação: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº _____ / _____	
A MESA DIRETORA da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, AUTORIZA a empresa abaixo indicada a executar as obras e/ou serviços a seguir descritos, obedecidas às especificações e quantidades de serviços constantes da(s) planilha(s) orçamentária(s) e projetos respectivos, bem como em conformidade com as especificações constantes da Concorrência em referência o qual, juntamente com a Proposta e as Condições de Contrato expressas no Anexo C do referido Edital de Licitação, passam a fazer parte desta Ordem de Serviço:	
Objeto: Execução das obras de: _____	
Empresa: _____	
CNPJ nº: _____	
Valor da Contratação: Os serviços ora contratados serão executados pelo preço global de R\$ (_____).	
Condições de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados por medição de serviços efetivamente executados, de acordo com as condições contidas nas "Condições de Contrato" expressas no Anexo C do Edital de Licitação, que passam a fazer parte desta Ordem de Serviço como se nele estivessem expressamente reproduzidas.	
Prazo: O objeto contratado deverá ser executado no prazo de _____ meses	
Dotação Orçamentária nº: _____	Nota de Empenho nº: _____
Acompanhamento/Fiscalização: (Nome do Engenheiro e Número de Registro no CREA)	
Cuiabá _____ / _____ / _____	

Presidente	1º Secretário

PROCURADORIA GERAL DA AL
Recebi em 24/11/2015
Dina 11h30



Memorando n° 1340/2015-SG

Cuiabá, 06 de novembro de 2015.

Da: Secretaria Geral

Para: Procuradoria Geral da AL/MT

Assunto: Reiteração Notificação Liberação Estacionamento da ALMT.

Senhora Procuradora-Geral,

Diante das inexitosas tentativas de liberação da obra do estacionamento da ALMT, que tem ocasionado diversos transtornos para os servidores e usuários da Assembleia Legislativa;

E, considerando as diversas inconsistências detectadas na execução e pagamento da referida obra, conforme Parecer da área técnica, que culminou na determinação de auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado solicitada pela atual Mesa Diretora da ALMT, além de Inquérito Administrativo no âmbito do Ministério Público Estadual;

Contudo, a empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda em resposta à Notificação da Procuradoria Geral da ALMT, tergiversou sobre os apontamentos e sobre a entrega da obra do estacionamento;

Mesmo tendo sido apresentada fora do prazo, merece esclarecer todos os pontos da resposta da empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda, conforme abaixo.

I - Pendências Técnicas e Financeiras

As denominadas pendências técnicas são única e exclusivamente de responsabilidades da empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda, pois a entrega dos projetos executivos eram e são obrigação da referida



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

S.G./AL/MT
Fls. 70
Ass. [assinatura]

empresa, que não foram apresentados até presente data, o que inviabiliza qualquer análise, acompanhamento e atesto dos serviços ora executados.

Como pode-se extrair da planilha de preços abaixo o valor devidamente remunerado, mas que até a presente data não foi entregue, mesmo após as reiteradas solicitações da servidora da ALMT, Engenheira Drieli Azeredo Ribas.

2.6	PROJETOS EXECUTIVOS INCLUIDOS DETALHAMENTOS EXCERTE DO DE OBRA	MT	12.840,00	68,71	882.236,40
14.1.1	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO INC. DETALHAMENTO Elaboração de projeto executivo inc. detalhamento	cl	1,00	28.314,00	28.314,00

Ademais, sequer é possível asseverar se foi executado todos os serviços corretamente devido a ausência dos projetos, nem se há serviços ou produtos a serem entregues.

Também, ficam prejudicados os pagamentos em aberto em decorrência dessas inconformidades e inconsistências, como também a autenticidade do pedido de aditivo posterior a execução dos serviços sem a devida autorização da ALMT, conseqüentemente há a impossibilidade de se realizar o recebimento mesmo que provisório da obra do estacionamento da ALMT.

Nessa esteira, a diversos julgados do Tribunal de Contas da União que ampara essa decisão da nova Mesa Diretora da ALMT, em resguardar o erário.

"Pague somente serviços prestados na totalidade, mediante evidência documental da realização dos serviços contratados, de acordo com a qualidade prevista no edital da licitação e após o efetivo controle dos fiscais do contrato, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993." **Acórdão 1330/2008 Plenário**

"Abstenha-se de efetuar pagamentos sem a existência de elementos comprobatórios da efetiva realização dos serviços." **Acórdão 648/2007 Plenário**



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

S.G./AL/MT
Fls. 71
Ass. [assinatura]

II - Prorrogação de Prazo

Quanto a prorrogação de prazo do Contrato nº 001/SCCC/ALMT/2014, a empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda solicitou prorrogação de prazo em 28/05/2015, não havendo tempo hábil para celebração e confecção de Parecer Técnico, Minuta do Aditivo, Parecer Jurídico, Empenho entre outros.

III - Atrasos de Pagamentos

Diante da Resolução Administrativa MD nº 001/2015, que impôs para que realizassem os pagamentos deveria proceder diagnóstico de natureza técnica de caráter preventivo, o que através do Parecer Técnico da engenheira Drieli Azeredo Ribas, suspendendo os pagamentos, o que impede tal prosseguimento.

Ante todo o exposto, REQUEIRO, em caráter definitivo, a adoção de medida judicial dessa Douta Procuradoria Geral da ALMT em desfavor da empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda com vistas à liberação da obra do estacionamento da ALMT, e se necessário adote outras medidas jurídicas e legais cabíveis com a brevidade que o caso requer.

Remete-se anexo os autos do Processo Licitatório nº 004/2013 (Vol. 01 - fls. 001 a 265, Vol. 02 - fls. 001 a 330, Vol. 03, fls. 001 a 459), o Processo do 1º Termo Aditivo (Vol. 01 - fls. 001 a 210, Apenso - fls. 001 a 091), o Processo da notificação para liberação da obra do estacionamento da ALMT (fls. 001 a 068) e a homologação da Mesa Diretora a este memorando; e informamos que os Processos de Pagamento ficam arquivados na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças da ALMT.

Atenciosamente,


Tschaes Franciel Tschá
Secretário Geral da AL/MT



DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO


Considerando as inexitosas tentativas de liberação da obra do estacionamento da ALMT, que tem ocasionado diversos transtornos para os servidores e usuários da Assembleia Legislativa;

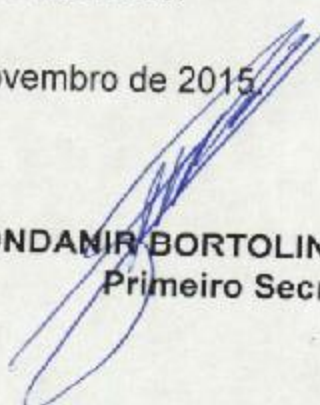
Considerando as diversas inconsistências detectadas na execução e pagamento da referida obra, conforme Parecer da área técnica, que culminou na determinação de auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado solicitada pela atual Mesa Diretora da ALMT, além de Inquérito Administrativo no âmbito do Ministério Público Estadual;

Considerando o teor do Memorando nº 1340/2015-SG, da Secretaria Geral da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, opinando pela adoção de medida judicial da Douta Procuradoria Geral da ALMT em desfavor da empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda com vistas à liberação da obra do estacionamento da ALMT, e se necessário adote outras medidas jurídicas e legais cabíveis com a brevidade que o caso requer.

Decidimos **HOMOLOGAR** as conclusões do Memorando nº 1340/2015-SG, da Secretaria Geral da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, e determinamos sua remessa à Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa para as devidas providências.

Cuiabá, 06 de novembro de 2015.


GUILHERME MALUF
Presidente


ONDANIR BORTOLINI ["NININHO"]
Primeiro Secretário



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

MEMORANDO Nº 1440/2015-SG

Cuiabá, 30 de novembro de 2015.

À Senhora
Procuradora Geral

Assunto: Solicita Concorrência Pública nº 004/2013.

Considerando a solicitação – AL Nº 001/2015, do Tribunal de Contas, que solicitou a disponibilização de processos e documentos para fins de *auditoria in loco*, a ser realizada no dia 04/12/2015.

Considerando o Mem. nº 009/2015-CO, da Comissão de Obras que reiterou a solicitação dos documentos feitos pelos auditores do Tribunal de Contas.

Solicitamos a Vossa Senhoria que sejam providenciados e encaminhados à Comissão de Obras, os documentos abaixo relacionados:

- Processo Licitatório completo referente à Concorrência Pública nº 004/2013, incluindo os projetos, cujo objeto era a contratação de empresa para a construção do estacionamento desta Casa.
- Processo do contrato resultante da referida licitação que foi firmado junto à empresa TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA;
- Processos de termo aditivos firmados em razão do referido contrato;
- Todos os processos de pagamento, incluindo as medições;

Atenciosamente,

PROCURADORIA GERAL DA AL

Recebi em 01/12/15 - 16h44

Paula

TSCHALES FRANCIEL TSCHÁ
Secretário Geral

RMS
RMS/G/AL/MT



Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso

MEMORANDO Nº 009/2015 - CO

Cuiabá, 22 de Novembro de 2015

DA: DRIELI AZEREDO RIBAS

PARA: SECRETARIA GERAL


ASSUNTO: Encaminhamento de solicitação de documentação referente a concorrência pública Nº 004/2013

Conforme documento em anexo, os auditores solicitam:

- Processo licitatório completo, incluindo projetos
- Processo de contrato da Construtora TIRANTE
- Processos de termo aditivo
- Todos os processos de pagamento, incluindo medições.

Ainda fizeram a ressalva de haver a disponibilidade de sala aqui mesmo na ALMT para que não precisassem levar os processos daqui.

Diante disso, encaminho a vossa senhoria para providências.


Engº Drieli Azeredo Ribas
Membro – Matrícula 41.594

24 11 15

16.11.15

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS – AL Nº 001/2015


EQUIPE:	JEFFERSON FILGUEIRA BERNARDINO - Auditor Público Externo ADRIANA BORGES TAPAJÓS – Técnica de Controle Público Externo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
GESTOR:	Deputado GUILHERME MALUF Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA:	DRIELI AZEREDO RIBAS Chefe da Comissão de Fiscalização da Obra da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO:	" <u>Solicitação faz</u> "
DATA EXPEDIÇÃO:	27/11/2015

Senhora Chefe,

Com o intuito de fazer o levantamento de dados e informações para fins de auditoria e controle externo da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, solicitamos a Vossa Senhoria que disponibilize os processos e documentos a seguir relacionados para realização auditoria *in loco* a realizar-se no dia 04/12/2015:

- Processo licitatório completo referente a Concorrência Pública nº 004/2013, incluindo os projetos, cujo objeto era a contratação de empresa para a construção do estacionamento dessa Assembleia Legislativa;
- Processo do contrato resultante da referida licitação que foi firmado junto a empresa TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA;
- Processo de eventuais termos aditivos firmados em razão do referido contrato;
- Todos os processos de pagamentos do referido contrato, incluindo as planilhas de medição.

Atenciosamente,


Jefferson Filgueira Bernardino
Auditor Público Externo
Mat. 203279-1

Recebido em: 27 / 11 / 15	Prazo para providências 04/12/2015	Data da Resposta _ / _ / _
Observação: Caso os documentos e/ou informações não puderem ser disponibilizados, a justificativa deve ser apresentada dentro do prazo delimitado para a resposta.		



Tribunal de Contas
Mato Grosso

ISO 9001
ABNT NBR

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefone: 3613-7681

e-mail: gab-novelli@tce.mt.gov.br

Ofício nº 1167/2015/GAB-JCN

Cuiabá, 13 de novembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Estadual GUILHERME MALUF

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Cuiabá - MT

Ref. Processo nº 21.880-4/2015 TCE/MT – Solicitação de Auditoria

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência alteração da equipe técnica deste Tribunal, designada para auditar a Construção do Estacionamento da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, objeto do contrato originado por meio da Concorrência Pública nº 004/2013, que passará a ser composta pelos seguintes servidores:

JEFFERSON FILGUEIRA BERNARDINO
ADRIANA BORGES TAPAJÓS

AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
TÉCNICA DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO

Atenciosamente,


Conselheiro **JOSÉ CARLOS NOVELLI**
Relator

